

Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Humanas  
Departamento de Serviço Social  
Trabalho de Conclusão de Curso

**O Serviço Social e os seus instrumentos e técnicas:  
Uma análise da percepção da Abordagem com Grupo no meio profissional  
do assistente social**

**Ricardo Guimarães Amorim**

Brasília/DF  
2013

**Ricardo Guimarães Amorim**

**O Serviço Social e os seus instrumentos e técnicas:  
Uma análise da percepção da Abordagem com Grupo no meio profissional  
do assistente social**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, como requisito fundamental para a formação no curso de Serviço Social.

Orientadora: Dr.<sup>a</sup> Karen Santana de Almeida Vieira

Brasília/DF  
2013

Monografia submetida ao corpo docente do departamento de Serviço Social (SER) da Universidade de Brasília (UnB), como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Professora-Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karen Santana de Almeida Vieira (SER/UnB)

---

Professora Ms. Priscilla Maia de Andrade (Membro interno do SER/UnB)

---

Professor (a)

Professor Dr. Vicente de Paula Faleiros (Membro externo e Professor Emérito da UnB)

Brasília, 2013

Dedicado aos profissionais e usuários do Serviço Social: Que a intervenção seja sempre questionada, ampliada e qualificada.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Maria José e Urivaldo, e aos meus irmãos, Marcelo e Eduardo, que sempre me proporcionaram oportunidades e que mesmo na discordância são o meu pilar de sustentação e me dão a força que sempre esperei que viesse deles.

Às minhas tias e avós, pelas risadas dadas desde a infância, pelas vistas grossas para alguma arte feita e pela torcida pelo meu sucesso que sinto em cada palavra de incentivo.

Aos meus primos, meus primeiros amigos, além da parceria constante, agradeço pela diversidade de ideias, estilos de vida, comportamentos, gostos e formas de pensar. Nada melhor que a troca com o diferente para nos tornar tolerantes, abrangentes e respeitosos.

Agradeço também à Professora Doutora Karen Santana de Almeida Vieira, por toda a sua paciência, compreensão e doçura durante as orientações, além do ânimo para a boa conclusão desse trabalho e a postura ética demonstrada durante todo o processo. Agradeço ainda pelo apoio nos últimos momentos deste trabalho, quando o medo tentou decidir o rumo da prosa e suas palavras de incentivo e crédito o impediram. Obrigado mesmo!

Também registro o meu agradecimento à banca avaliadora, Professora Mestre Priscilla Maia de Andrade e Professor Doutor Vicente de Paula Faleiros, por terem se mostrado dispostos e interessados no trabalho apresentado.

Agradeço às assistentes sociais que me cederam parte do seu tempo para a realização das entrevistas, sem elas esse trabalho não teria se concretizado.

Não poderia deixar de agradecer às assistentes sociais do Setor de Serviço Social do Hospital Regional de Ceilândia, em especial às minhas supervisoras de campo, Sandra Cavalcante e Cláudia Maria de Medeiros, por terem feito que o meu primeiro contato com a prática do Serviço Social, durante o estágio, se estabelecesse de forma ética, comprometida e cidadã.

Registro também o meu agradecimento à Professora Doutora Nair Bicalho de Sousa, pela supervisão no Projeto de Extensão: Estudar em Paz – Mediação de Conflito no Contexto Escolar, que muito me acrescentou como pessoa e profissional. Não podendo me esquecer de agradecer à Flávia Beleza, coluna cervical do mesmo projeto, que muito me ensinou e acrescentou em todas as aulas dadas e nas conversas leves e informais. Sinto saudades.

À queridíssima Vanessa Dunk, pela década de amizade, sustentação e constante presença e por ter sido a minha primeira inspiração para dedicar parte da minha vida à prática do Serviço Social.

Aos amigos conquistados durante o cursinho pré-vestibular: Amanda Medeiros, André ‘Minas’, Nayra Figueiredo, João Vitor, Thayane Borba, Tiuiipa Farias e Potira Fabíola. Por cada gargalhada, troca, vivência e apoio, não só durante a angustiante fase de vestibulando,

mas também a de universitário e as tantas outras que estão por vir. Agradeço aos outros amigos: Juliana Torres e Jádson Rocha pela doçura, Flávio Silva pela força, Daniella Furtado pelas palavras certas, Jéssica Marília pela honestidade, Gunter Ribeiro e Juliana Pacheco pelo humor ácido, Marcos Amaral pela música e Elisa Hoffimman pela gratuidade.

Aos demais colegas de curso, e principalmente os do 1º/2009, eu agradeço a experiência de termos vivenciado essa fase juntos.

Ao Quintelas, pela constante presença, mesmo distante. Também pelas palavras que impulsionam, pela sugestão ao veto ao “não consigo”, pelos abraços que motivam, pelo Rio em uma nova e mais bonita ótica e pelo sorriso: o mais aconchegante que já vi e que se multiplica por fazer nascer outro em mim.

Às companheiras Daniélle Moreira e Rafaela Ramalho, colocadas aqui em ordem alfabética por pura falta de predileção, agradeço a parceria (notada por todos), a cumplicidade, a paixão, a força dada involuntariamente, a presença, os graciosos momentos de mau-humor, os puxões de orelha, a fé, os abraços cheios de ginga, as fugas desses abraços, os sorrisos fáceis e sinceros, os sins id, os não superego, o suporte acadêmico e principalmente o fato de me darem a certeza de que esses quatro anos foram os primeiros de muitos que ainda estão por vir... Nem adianta fazer cara feia... Tira a mão da cintura!

## RESUMO

O presente estudo busca refletir acerca da utilização e da compreensão de assistentes sociais sobre a Abordagem com Grupo, isto é, buscou-se conhecer qual a percepção dos assistentes sociais sobre as metodologias trabalhadas pela categoria em intervenções grupais. E, também qual o entendimento que as assistentes sociais tem no que diz respeito à Resolução nº 569/2010 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que trata sobre o veto às práticas terapêuticas. Para atender a esses objetivos, foi realizada pesquisa de campo, seguindo o método de pesquisa qualitativa. Foram entrevistadas oito (08) assistentes sociais provenientes da área de Saúde e da área da Assistência Social. Além disso, foi realizada pesquisa bibliográfica por meio do portal eletrônico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com o intuito de ter acesso ao que é produzido na atualidade sobre a intervenção de profissionais do Serviço Social com grupos. Poucos foram os artigos encontrados, demonstrando a existência de uma lacuna na produção acadêmica sobre a temática. Dentre os resultados desta pesquisa, ressalta-se que foi observado que as intervenções profissionais analisadas seguiram, em sua maioria, as normativas legais da profissão. Contudo, a percepção da maioria das assistentes sociais entrevistadas – por uma questão de desconhecimento das normas - diverge das resoluções do CFESS no que dizem respeito às práticas terapêuticas. Embora a conduta profissional observada, no geral, não caminhe para a Psicologia, em função da percepção por parte das entrevistadas da necessidade de uma especialização na área como condição para a aplicação das ditas práticas terapêuticas. Por fim, tomando os resultados da pesquisa bibliográfica e de campo, se torna importante que a temática seja melhor discutida pela categoria profissional, uma vez que a pesquisa realizada aqui aponta para a utilização da Abordagem com Grupo pelas profissionais num escopo ainda de intervenções grupais com metodologias essencialmente empíricas e de cunho experimental. Além de estarem dissociadas do conhecimento das normas da categoria e sem amparo de uma maior elaboração teórica e metodológica próprias da atuação profissional do Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço Social, Abordagem com Grupo, Práticas Terapêuticas, Grupo, Instrumentos e Técnicas.

## ABSTRACT

This study wants to make a reflection on Group Approach usage and comprehension by social workers. In other words, it wants to know the perception of the social workers on the methodologies used in group interventions is. And also the social workers understanding of the Resolution number 569/2010 of the Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), that manages the veto to the therapeutic practices. In order to achieve that point, a field research was executed with the method of qualitative research. Eight (8) interviews with social workers from the health's field and the social assistance were made. Furthermore, it was made a bibliographic research through the web portal of Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) to have access to what is now produced in the intervention of professional Social Work with groups. Few articles were found, showing the existence of a gap in the academic production on the subject. Among the results of this research, we emphasize that it was observed that the professionals interventions analyzed followed, in most of the cases, the legal normative of the career. Nevertheless, the perception of most of the interviewed social workers – ignoring the standards – differs from the CFESS resolutions related to the therapeutic practices. Yet the professional conduct mostly observed, did not stand to a Psychology field, because of the interviewees perception of the need to become an expert in the area as a condition for the application of therapeutic practices. Finally, considering the results of the bibliographic and field research, it becomes important to better discuss the theme, once this research points to the Group Approach usage with methodologies essentially empirical and experimental. And also they are dissociated from the standard knowledge and helpless of theoretical and methodological development of their own professional practice.

Keywords: Social Work, Group approach, Therapeutic practice, Group, Instruments and Techniques.

## LISTA DE QUADROS

**Quadro 01.** Autores e Livros analisados por Gelba Cavalcante

**Quadro 02.** Autores, artigos e periódicos analisados por Gelba Cavalcante.

**Quadro 03.** Relação de revistas e biblioteca, suas origens e a quantidade de trabalhos acadêmicos encontrados em cada uma delas.

**Quadro 04.** Perfil das profissionais entrevistadas por idade, instituição da graduação e formação acadêmica.

## **LISTA DE SIGLAS**

- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
**CBCISS** – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais  
**CEAS** – Centro de Estudos e Ação Social  
**CFESS** – Conselho Federal de Serviço Social  
**CRAS** – Centro de Referência em Assistência Social  
**CREAS** – Centro de Referência Especializada em Assistências Social  
**PAIF** – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família  
**TCLE** – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>16</b>
<b>Capítulo I. Instrumentos e Técnicas no Serviço Social brasileiro: da gênese da profissão ao exercício profissional nos dias atuais.....</b>	<b>20</b>
1.1. Os instrumentos e técnicas e as primeiras escolas do Serviço Social no contexto brasileiro.....	20
1.2. A Instrumentalidade no Serviço Social.....	24
1.3. Prática e Teoria: A relação com os Instrumentos .....	26
<b>Capítulo II. Abordagem com Grupo e Serviço Social: alguns apontamentos teóricos.....</b>	<b>31</b>
2.1. As Intervenções com Grupos nos primórdios da profissão no Brasil: alguns apontamentos .....	31
2.2. Bibliografia sobre Abordagem com Grupo: uma pesquisa preliminar..	35
2.3. Abordagem com Grupo e Arcabouço legal do Serviço Social brasileiro: pontos para reflexão.....	38
<b>Capítulo III. A percepção da Abordagem com Grupo por profissionais assistentes sociais na área da Saúde e na área da Assistência: dúvidas, dilemas e algumas indefinições.....</b>	<b>43</b>
3.1. Questões preliminares, problemas de pesquisa e perfil dos entrevistados.....	43
3.2. Percepção das assistentes sociais acerca da Abordagem com Grupo: O que os dados revelam? .....	47
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>57</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>63</b>

## INTRODUÇÃO

A intervenção profissional dos assistentes sociais na contemporaneidade dispõe de diversas possibilidades de instrumentais técnico-operativos (como por exemplo, as Visitas Domiciliares e Institucionais, as Entrevistas, os Relatórios e Pareceres Sociais, a Observação Social, dentre outros). Instrumentos e Técnicas estes que, além de serem necessários para a intervenção do assistente social, visam também auxiliar na compreensão e, por sua vez, no enfrentamento das demandas postas para o profissional, quando se articula a utilização desses instrumentos e/ou técnicas com o arcabouço teórico de análise da sociedade<sup>1</sup> e com a perspectiva profissional posta pelo projeto ético-político da categoria.

Um desses instrumentos é a “Abordagem com Grupo”<sup>2</sup>. Atualmente, ainda não existe consenso nem na nomenclatura, nem na metodologia acerca da utilização de trabalhos com grupos. Contudo, no meio profissional se verificam intervenções profissionais a partir de trabalhos com grupos, isto é, trabalhos com enfoque para a intervenção a partir de pessoas que são atendidas em uma sessão coletiva e que foram ali dispostas por possuírem uma identidade de grupo comum, seja ela: faixa etária (crianças, jovens, adolescentes, idosos), seja por gênero (mulher, homem) ou por alguma problemática vivenciada decorrente das expressões da Questão Social<sup>3</sup> - problemas relacionados a dependência química (ex: alcoolismo), ausência de planejamento familiar (ex: gravidez indesejada), orientações acerca de acesso a direitos e políticas sociais (ex: pessoas que necessitam de cirurgia bariátrica, acesso a benefícios previdenciários e/ou assistenciais) dentre outros (VIEIRA, 2012).

Nesse sentido, para efeitos desta monografia e nas entrevistas realizadas, foi utilizada a nomenclatura “Abordagem com Grupo” para se referir a qualquer utilização, no Serviço Social, da metodologia exemplificada no parágrafo anterior. Optou-se aqui por esse termo,

---

<sup>1</sup> Dentre as diferentes perspectivas de análise da sociedade pode-se citar como exemplo as Teorias de alguns autores que influenciam também a sociologia que são: Durkheim, Weber e Marx. Para uma leitura rápida sobre o que compreende cada uma dessas teorias, *vide* QUINTANEIRO, Tania *at al.* Um toque de Clássicos: Marx, Durkheim e Weber. 2. Ed. Rev. Amp. Belo Horizonte: Editora, UFMG, 2002.

<sup>2</sup> As aspas postas aqui são apenas para identificar os momentos que se quer chamar a atenção do leitor para o destaque da nomenclatura Abordagem com Grupo, escolhida nesse trabalho. Nas demais citações a referida expressão aparecerá sem o referido destaque.

<sup>3</sup> Neste trabalho, ao se referir à Questão Social, será utilizado o conceito de Iamamoto e Carvalho: “[...] é a manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia [...]”. (2009:77).

especialmente para tentar cercar o escopo da análise com ênfase nas manifestações do uso dessa técnica nos dias atuais e assim tentar desvincular o referido recurso das suas utilizações na acepção vinculada ao “Serviço Social Tradicional”<sup>4</sup>. E também para evitar associações indevidas por parte dos entrevistados com conceitos do Serviço Social do período Pré-Reconceituação. Nossa orientadora já vinha demarcando e estimulando o uso dessa terminologia Abordagem com Grupo para tentar esclarecer essa distinção conceitual, em suas reflexões e discussões em sala de aula acerca do assunto, e em seus textos de notas de aula. Contudo, não foi encontrada nenhuma demarcação teórica específica que defina esse conceito nos moldes colocados no escopo desta monografia.

Ademais, dentro do escopo do tema desta monografia (Abordagem com Grupo) é necessário demarcar a problemática que a envolve. Partiu-se assim da reflexão acadêmica vivenciada no curso de Serviço Social da UnB de que a utilização da Abordagem com Grupo nos dias atuais no Serviço Social ainda é considerada polêmica, na medida em que, na atualidade, haveriam alguns indícios de que parte dos assistentes sociais ainda demonstram certa resistência na utilização desse instrumento. Uma das possíveis respostas para isso seria a de que essa resistência existiria em função de uma suposta associação dessa técnica ao contexto do Serviço Social Tradicional e/ou às práticas terapêuticas. Estas práticas terapêuticas, especialmente aquelas caracterizadas no âmbito da Psicologia, são vetadas ao profissional assistente social exercer, uma vez que o nosso curso não nos qualifica nesta outra área do conhecimento.

De fato, o exercício de práticas terapêuticas ou do Serviço Social Clínico<sup>5</sup> por parte dos profissionais assistentes sociais é atualmente vedado pelo CFESS, que tem esse direcionamento expresso em suas resoluções. Porém, essa proibição ainda é alvo de fortes

---

<sup>4</sup> Para mais explicações sobre a temática vide o capítulo 1 deste mesmo trabalho, contudo adianta-se que nesta época a atuação técnica com grupos, dentro do Serviço Social Latino Americano, tinha vínculo teórico com a psicologia social, como bem aponta Kisnerman (1978), o que contribuiu para uma sistematização da técnica de modo a abarcar conceitos desta outra área do saber.

<sup>5</sup> O Serviço Social Clínico, de acordo com a *National Membership Committee on Psychoanalysis in Clinical Work*, tem como propósito o: “diagnóstico e tratamento psico-social, intervindo em situações de crise, exclusão social e danos de qualquer ordem. Intervem nas desordens mentais, emotivas e incapacidades de desenvolvimento. Trabalha na prevenção das disfunções de ordem bio-psico-social, estimulando a disponibilidade dos recursos sociais para a solução dos problemas.” (Parecer Jurídico Nº 16/08 – CFESS. 26 de Junho de 2008) <<http://www.cfess.org.br/arquivos/parecerjuridico1608.pdf>> dia 17/02/2013 às 23:39

críticas por parte de alguns dos principais pensadores (da atualidade) do Serviço Social brasileiro, a exemplo, Faleiros (2009) que defende:

Na História do Serviço Social está enraizada a prática terapêutica e a definição internacional a contempla. O CFESS não pode abolir a história onde surge inclusive o nome da assistente social Virginia Satir fundadora da prática terapêutica com famílias. O Brasil quer ser uma exceção, por que? (FALEIROS, 2009: 1)

A opção por um atendimento clínico é uma vertente teórico-prática que corresponde à forma do exercício profissional previsto no inciso V do Art. 4º da Lei 8662/93 para se fazer a intervenção profissional. A ementa está vedando a opção teórica do profissional, seu direito de escolha do método e o direito do usuário de ser bem atendido. A ementa fere a ética profissional e o direito do usuário. (FALEIROS, 2009: 2)

Ademais, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social<sup>6</sup>, ao promover uma nova perspectiva de como deveria se firmar a intervenção profissional da categoria, possibilitou uma revisão crítica acerca da teoria, da metodologia e da ênfase na cientificidade em relação ao que a perspectiva interventiva que se encontrava o Serviço Social anteriormente a esse processo.

Uma das constatações consideradas tradicionais, decorrentes dos primórdios da profissão, foi a do Serviço Social ter como bases para a sua fundamentação científica a disciplinas acadêmicas da Psicologia e da Sociologia, sem uma bagagem conceitual própria do Serviço Social (NETTO, 2005). Assim sendo, a conduta profissional do assistente social, segundo o referido autor, se confundia com as atribuições dos psicólogos, o que gerava críticas e reforçava a manutenção do estigma de uma intervenção profissional pautada na Psicologia. Ou então a análise do Assistente Social se baseava em explicações generalistas acerca da sociedade, realizadas tomando como referência leituras da Sociologia, e sem mediar as demandas que se apresentam para a intervenção direta na realidade pelo Serviço Social.

Essa forte vinculação que o “Serviço Social Tradicional” teve com a Psicologia pode ser uma das possíveis explicações para uma percepção pelos profissionais Assistentes Sociais, nos dias atuais, da Abordagem com Grupo, como uma técnica que possui um viés

---

<sup>6</sup> Movimento de rompimento com aspectos tradicionais da profissão, que teve como marco inicial o “I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social”, que ocorreu em Porto Alegre em 1965 (NETTO, 2006). Para mais informações acerca dessa temática vide o Capítulo I desta monografia.

psicologizante e reducionista. Percepção esta que acarretaria também uma resistência no uso da referida técnica.

O teórico Natalio Kisnerman (1978), já no final década de 70 do século XX, após as primeiras manifestações da Reconceituação, pontua a existência de uma confusão teórica que envolvia as categorias Terapia de Grupo e Serviço Social de Grupo. E, apesar de delimitar algumas diferenças, Kisnerman (1978) não desvinculou as interpretações de conteúdos inconscientes e íntimos (próprios da Psicanálise e/ou da Psicologia) das atribuições do assistente social, por exemplo. Esse enlace teórico, inclusive, fica explícito na obra quando o autor ressalta que segundo Ackerman<sup>7</sup> (1960, p.9 *apud* KISNERMAN, 1978, p.93): “A psicoterapia, inevitavelmente, diz respeito ao assistente social moderno”.

Partindo dessa contextualização teórica e percebendo a importância de conhecer os limites e as possibilidades da referida técnica, o presente trabalho pretendeu responder a seguinte **pergunta**: De que forma é compreendida atualmente a Abordagem com Grupo dentro do Serviço Social pela categoria profissional, e como isto se reflete na utilização ou não dessa técnica pelos assistentes sociais?

Diante desse quadro de confusão teórica e metodológica em que se situou a Abordagem com Grupo, se faz necessária uma maior compreensão da percepção da categoria, na atualidade, acerca da referida técnica. Até mesmo porque, apesar do estigma, a Abordagem com Grupo em um escopo de atendimento mais amplo, envolvendo intervenções com agrupamento de pessoas (em um sentido genérico), se caracteriza com ações de prestar orientações no sentido de assegurar direitos, não sendo assim vetadas, pelo Conselho Federal de Serviço Social no documento de regulamentação da profissão (nº 8.662 de 07 de Junho de 1993). Veja, a exemplo, o art. 4º da referida lei:

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social: (...)  
III – encaminhar providências, e **prestar orientação social** a indivíduos, **grupos**, e à população; (...)  
V – **orientar** indivíduos e **grupos** de diferentes segmentos sociais **no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos**; (BRASIL, 1993. Regulamentação da Profissão. Lei nº 8.662, de 07 de Junho de 1993)

Nesse sentido, a **hipótese** que norteia essa pesquisa é a de que existe uma “visão reducionista” acerca da Abordagem com Grupo pela categoria profissional. E que esta visão

---

<sup>7</sup> ACKERMAN, Nathan, Diagnóstico y tratamiento de las relaciones familiares. Buenos Aires, Paidós 1960. Registrada a citação da citação por não ter sido possível acessar ao livro original.

estaria diretamente relacionada às interpretações pessoais sobre as críticas levantadas pelo Movimento de Reconceituação contra os pressupostos do “Serviço Social Tradicional”. Sendo assim, supõe-se aqui que as críticas de uma forma de agir tradicional, vinculada ao âmbito psicológico na profissão, contribua para uma resistência à utilização dessa técnica (Abordagem com Grupo) na intervenção profissional na contemporaneidade.

Assim o **objetivo geral** da pesquisa é: analisar qual a percepção da Abordagem com Grupo na intervenção do Serviço Social, a partir da análise do discurso de assistentes sociais que discutem e/ou trabalham com a referida técnica nas áreas da saúde e da assistência.

Já os **objetivos específicos** foram divididos em três, que são:

- 1) Analisar se existe a utilização da Abordagem com Grupo no meio profissional do Serviço Social; e qual a concepção dessa técnica entre os profissionais
- 2) Analisar os pressupostos metodológicos utilizados pelos profissionais que aplicam a Abordagem com Grupo em sua intervenção profissional;
- 3) Analisar o grau de compreensão dos profissionais do Serviço Social em relação as normativas dos Conselhos de Classe no que se refere às práticas terapêuticas.

Destarte a perspectiva nesse terceiro objetivo específico é também conhecer o que o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) discute acerca das Práticas Terapêuticas e analisar se a Abordagem com Grupo realizada pelos profissionais se distancia do que é vetado pelo Conselho, no que se refere às práticas terapêuticas e/ou Serviço Social Clínico.

Porém em face da complexidade do tema, que não caberia a um trabalho monográfico, opta-se aqui apenas por uma abordagem analítica e metodológica que privilegie a análise de dados coletados a partir da perspectiva da intervenção profissional. Desse modo, espera-se que o presente estudo possa servir de impulso para outras pesquisas que busquem uma atuação profissional mais consciente dos limites e das possibilidades da Abordagem com Grupo. Além de aumentar a compreensão de como utilizar a técnica em momentos propícios e de forma adequada e condizente com as atribuições pertinentes aos assistentes sociais.

## **METODOLOGIA**

O presente trabalho utilizou como procedimento de pesquisa e de análise e de coleta de dados a metodologia qualitativa, na tentativa de trazer para o estudo aspectos subjetivos dos entrevistados acerca do tema proposto. Como se sabe, a função da pesquisa qualitativa é

responder a “questões muito particulares. (...) Ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2010 p. 21).

Essa técnica permite, então, uma análise mais aprofundada e particular da realidade social.

A pesquisa qualitativa é dividida em três momentos: Fase exploratória; Trabalho de campo e Análise de dados (MINAYO, 2010).

A fase exploratória da referente pesquisa se delineou no levantamento bibliográfico. O tema abordado é escasso na literatura brasileira atual e, por isso, o levantamento bibliográfico foi feito a partir de pesquisas em artigos encontrados na base de dados do *site* de periódicos da **CAPES** (Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior), nos quais as palavras-chave para a busca foram “Serviço Social” e “Grupo”<sup>8</sup>. Além disso, também foram utilizadas diferentes fontes que abarquem o tema do Serviço Social e Trabalho com Grupos, seja proveniente de análise documental ou de bibliografia nacional e/ou estrangeira (citadas nas referências bibliográficas).

E, para responder às demandas da presente monografia, foram realizadas entrevistas (com roteiro semiestruturado), que tiveram sua validade testada por meio da aplicação de um pré-teste, com o intuito de averiguar a adequação da linguagem empregada e o entendimento das perguntas apresentadas. Inicialmente, o número de entrevistas previsto era de 10. Contudo, em função das dificuldades decorrentes do período de realização da monografia com um semestre atípico se desenvolvendo entre as festividades de final de ano (Natal e Ano Novo), além de meses que são mais reconhecidos como períodos de férias (Janeiro e Fevereiro) e do recesso de Carnaval, tornou-se inviável conseguir o número inicial previsto para as entrevistas, especialmente porque muitos profissionais não se encontravam em suas atividades, à época das visitas institucionais em função dos problemas das comemorações, festividades e feriados descritos. Foram, então, entrevistadas oito (08) assistentes sociais, algumas delas atuantes da área da saúde, outras da assistência social e algumas que trabalham na Região Administrativa de Ceilândia e outras na de Taguatinga. O critério para a seleção das participantes de pesquisa foi, além da área de atuação (preferencialmente saúde e

---

<sup>8</sup> A maneira encontrada para a realização do levantamento bibliográfico foi acessar uma das bases de dados encontradas no *site* da Biblioteca Central da Universidade de Brasília. A CAPES, que fornece artigos de mais de doze mil revistas nacionais e estrangeiras. E as palavras “serviço social” e “grupo” foram as palavras-chave buscadas nesses bancos de dados.

assistência social), o fato de trabalharem ou já terem trabalhado com a Abordagem com Grupo.

Ademais, a escolha dessas duas áreas temáticas, saúde e assistência, se justificaram pela existência de documentos do CFESS que assinalam indicativos de que a Abordagem com Grupo poderia se constituir em ferramenta de intervenção do assistente social, ao pontuar os parâmetros para a atuação dos profissionais de Serviço Social nas respectivas áreas. Pois o trabalho com grupos é previsto como competência do assistente social no documento referente aos atendimentos na saúde, no âmbito das ações socioeducativas:

[...] consistem em orientações reflexivas e socialização de informações realizadas por meio de abordagens individuais, *grupais ou coletivas* ao usuário, família e população de determinada área programática. (BRASIL, CFESS, Parâmetros para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde, 2010:54 Grifo Nosso)

A Abordagem com Grupo também poderia ser reconhecida no documento destinado aos parâmetros para a atuação do assistente social na Política de Assistência Social. Pois as competências específicas do profissional de Serviço Social possuem diversas dimensões, entre elas encontra-se a dimensão de:

[...] gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços a indivíduos, famílias, *grupos e coletividade*, na perspectiva de fortalecimento da gestão democrática e participativa capaz de produzir, intersetorial e interdisciplinarmente, propostas que viabilizem e potencializem a gestão em favor dos(as) cidadãos(ãs) (BRASIL, CFESS, Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos na Política de Assistência Social, 2011:20 Grifo Nosso)

Voltando as fases da pesquisa qualitativa: quanto à terceira e última fase tem-se aquela relativa à análise dos dados coletados. Foi nessa fase que a categorização das respostas obtidas foi realizada, de modo que fosse possível captar, por meio das análises dos dados, as percepções e as opiniões dos entrevistados acerca do tema. Evidentemente, a linguagem não verbal e outras reações do entrevistado foram consideradas na análise dos dados.

Por fim, vale ressaltar que para a realização das entrevistas foi imprescindível a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em anexo, que foi lido para as entrevistadas antes de se iniciar as entrevistas. O documento explicitava a temática do projeto e seus objetivos; além disso, explicitava também que a entrevista seria gravada, que poderia ser interrompida a qualquer instante e que o processo era sigiloso. Existia no referido

termo um campo para preenchimento do contato eletrônico da entrevistada, para o encaminhamento do resultado final da pesquisa.

Esse trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro pretende discorrer acerca dos instrumentos e técnicas no Serviço Social brasileiro, compreendendo da gênese da profissão ao exercício profissional nos dias atuais.

O objetivo do segundo capítulo é discutir especificamente sobre a Abordagem com Grupo, apresentando a sua estruturação na década de 60 e 70 do século XX e nos dias atuais.

Já o terceiro e último capítulo se direcionará para a análise dos dados coletados por meio de entrevista semiestruturada e buscará trazer subsídios com vistas a responder à questão da pesquisa.

# **Capítulo I**

## **Instrumentos e Técnicas no Serviço Social brasileiro: da gênese da profissão ao exercício profissional nos dias atuais**

Como explicado anteriormente, privilegiou-se aqui possibilitar a reflexão sobre os Instrumentos e as Técnicas utilizadas na Intervenção do Serviço Social, desde a sua aplicação nas primeiras escolas<sup>9</sup> de Serviço Social em território brasileiro aos embates acerca do assunto nos dias atuais.

Para tanto, será feito uma breve retomada histórica da profissão, com o intuito de conhecer como o Serviço Social foi implementado no Brasil, e quais os argumentos apresentados no processo de rediscussão profissional, que teve como marco o Movimento de Reconceituação.

Ademais, verifica-se a necessidade de uma aproximação à definição de instrumentalidade, por meio de uma breve apresentação deste conceito, e buscando diferenciá-la tanto dos instrumentos quanto das técnicas; contudo, ao mesmo tempo, apontando a relação existente entre essas duas categorias.

Por fim, apresenta-se uma breve reflexão sobre os instrumentos e as técnicas a partir da polêmica existente na relação teoria e prática profissional.

### **1.1. Os instrumentos e técnicas e as primeiras escolas de Serviço Social no contexto brasileiro**

O resgate histórico, abrangendo a teoria e a metodologia do Serviço Social, colabora para a compreensão de pontos que motivaram a instauração do Movimento de Reconceituação e aponta a relação existente entre a profissão e a religião católica em seus primórdios no território nacional. Refletir acerca do Movimento de Reconceituação profissional pode colaborar, em certa medida, para o entendimento da configuração da profissão nos dias atuais e para a compreensão de como se configuravam os instrumentos e as técnicas dentro do Serviço Social nos primórdios da profissão.

A profissão, em seus primórdios, se relacionava com os valores cristãos, na medida em que o objetivo da intervenção do Serviço Social possuía relação íntima com os dogmas da

---

<sup>9</sup> Segundo Manuel Castro a primeira escolar de Serviço Social brasileira data de 1937.

Igreja Católica (BRANDÃO, 2007). Essa relação entre a Igreja Católica e o Serviço Social se deve a maneira de como a profissão se estabeleceu no Brasil.

Sendo assim, é importante pontuar historicamente que no começo do século XX, com a estruturação do Capitalismo Monopolista<sup>10</sup>, a Questão Social se intensificou, e isso propiciou a revolta de trabalhadores e fortaleceu a luta destes por conquistas sociais e trabalhistas, devido às desigualdades provenientes da referida Questão Social. Nesse mesmo período a Igreja Católica buscava uma forma de se fortalecer no país enquanto influente instituição e para isso passou então a buscar uma forma de enfrentar as expressões da Questão Social.

Na década de 30 do mesmo século é criado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) que, pautado nos preceitos cristãos, visava formar seus membros de acordo com a doutrina católica (SANTOS, 2006). Em meados da mesma década, foram criadas as primeiras escolas de Serviço Social, que se estabeleciam seguindo os princípios religiosos do CEAS e que formaram as primeiras turmas de assistentes sociais, anteriormente compostas fundamentalmente por mulheres.

A ação profissional pautada nos valores cristãos tinha como referencial teórico, que respaldava a sua intervenção, o funcionalismo (BRANDÃO, 2007). Este pode ser entendido como proveniente das Ciências Sociais, é um ideal de organização social que atribui a cada elemento da sociedade uma função que deve ser cumprida, na medida que o não cumprimento acarreta, na perspectiva desse sistema, uma desordem social.

Seguindo, então, uma perspectiva que trabalhava na ideia de que os indivíduos que não agissem de acordo com os papéis impostos a eles, precisariam ser orientados e auxiliados para que pudessem voltar a atuar como o esperado, para o estabelecimento da ordem social (BRANDÃO, 2007). Seguindo essa lógica, o assistente social atuava de maneira a induzir ao indivíduo uma compreensão de que ele é o responsável pela sua condição social e que depende da sua força de vontade, de suas atitudes, da sua moral e de sua fé, para que sua realidade possa ser transformada.

No decorrer da consolidação da profissão, a categoria passou a questionar esse tipo de intervenção e a refletir sobre suas atribuições e a maneira que sua intervenção estava

---

<sup>10</sup> Estágio do Capitalismo onde a concentração de renda é mais evidenciada, proveniente de união de empresas e/ou a utilização de *cartel* (NETTO, 2005). Com essa configuração, é possível afirmar que a desigualdade social e os seus reflexos aumentaram.

configurada. Muitas críticas passaram a se fortificar o que favoreceu com que o Movimento de Reconceituação do Serviço Social acontecesse.

Para além da profunda relação existente entre os dogmas da Igreja Católica e a gênese da profissão em território nacional, outro ponto crucial para a compreensão do Movimento de Reconceituação do Serviço Social é entender quais eram as teorias que embasavam a intervenção profissional, para além do funcionalismo previamente citado. Netto (2005) pontua que a cientificidade do Serviço Social estava fundamentada, além da sociologia, na psicologia. A psicologia como fundamentação teórica possibilitou o direcionamento do assistente social às práticas que são atribuídas aos psicólogos. Já o que diz respeito à sociologia estava relacionado à maneira generalista de se observar a sociedade e de se reconhecer as expressões da Questão Social como pessoais, naturais e justificáveis, validando a existência e a manutenção da burguesia.

Além disso, tendo como base teórica a psicologia acadêmica o atendimento ao usuário também trazia uma perspectiva de capacitá-lo para a resolução de suas próprias demandas, como já foi mencionado. Ou seja, o usuário como responsável por sua condição psicossocial e por superá-las dentro de seus próprios potenciais de resolução. Nesse sentido é possível notar que a atuação do assistente social era enxergada como um meio de auxílio, onde o profissional atribuía ao seu usuário as condições necessárias para a resolução de sua própria demanda.

A metodologia, durante a gênese do Serviço Social no Brasil, foi concebida de modo a corresponder às influências europeias, que estavam intimamente ligadas às tentativas de se recristianizar a sociedade. Dessa forma, a técnica deveria corresponder às doutrinas religiosas. Devido a essa formatação ideológica, as técnicas voltadas para a atuação do assistente social estavam submetidas aos dogmas cristãos e, por isso, eram levadas de forma a valorizá-los e promovê-los. Ou seja, como bem explicita Santos ao citar Reis<sup>11</sup>: (1998, p.84 citado por SANTOS, 2006, p.32): “era empregado o método da Ação Católica: ver, julgar e agir”. Assim é possível comprovar que não existia instrumentação técnica específica e sistematizada nos primórdios da profissão no país. Nesse sentido as técnicas utilizadas eram planejadas pontualmente de modo a reproduzir a moral religiosa.

---

<sup>11</sup> REIS, V. T. Moura. Ensino do Instrumental Técnico de Intervenção em Serviço Social: explorando possibilidades. Dissertação de Mestrado. PUC/SP, 1998.

A reprodução dos valores religiosos se dava pela formação das primeiras escolas de Serviço Social no país, pois a preocupação com a promoção e manutenção da moral cristã é facilmente explicitada ao pontuar as disciplinas ministradas, tais como: Doutrina Social da Igreja, Moral e Religião (SANTOS, 2006). Matérias como essas, a propósito, foram fundamentais para a oposição ao tecnicismo, e isso propiciou outra crítica do Movimento de Reconceituação do Serviço Social, o estudo sobre as técnicas e os instrumentos na profissão.

Outro motivador para a estruturação do Movimento de Reconceituação está ligado ao desenvolvimento do Capitalismo Monopolista e a ampliação da desigualdade social, já em meados do século XX, quando os movimentos sociais passaram a se formar e lutar de forma mais organizada por seus direitos. Questões econômicas continuaram em pauta, mas movimentos específicos, como o de negros e de mulheres, passaram a lutar por direitos dessa parcela da população, isso sem citar as lutas pelo direito à educação, ao lazer e até à defesa do ecossistema, por exemplo. E, apesar dos diferentes interesses, todos esses movimentos, em suas mais diversas expressões, negavam a ordem burguesa e os seus mais variados reflexos (NETTO, 2005).

Essa organização social, que passou a demonstrar uma consciência coletiva mais crítica a respeito da realidade em que se encontrava a sociedade e que não se limitou ao território brasileiro, colaborou para a crise da ordem capitalista, o que favoreceu a compreensão de se repensar a profissão, agora com uma preocupação mais acentuada de possibilitar um rompimento com o subdesenvolvimento e enfrentar adequadamente as expressões da Questão Social (NETTO, 2005).

O Movimento de Reconceituação trouxe a tona novas percepções acerca das atividades dos assistentes sociais e propiciou o debate sobre a técnica e o método, que anteriormente não era sistematizado, visto, inclusive, a própria ausência de literatura sobre o assunto (GUERRA, 1995). Contudo, se fez necessária essa sistematização para poder delimitar qual o papel do assistente social e quais as formas que o mesmo tem para realizar suas atribuições.

Contudo, mesmo o Movimento de Reconceituação da profissão instituindo uma nova forma de se pensar o Serviço Social, as suas mais diversas questões não eram compreendidas com unanimidade. A dialética marxista, por exemplo, teoria utilizada por muitos assistentes sociais para a organização do Movimento de Reconceituação, não consistia em uma teoria abraçada por todos os profissionais (FALEIROS, 2005). Entretanto a atribuição de ajuda e a

reprodução de morais religiosas foram questionadas por vários profissionais, dos marxistas aos não-marxistas.

Assim sendo, pode-se observar que o assistente social pré-Movimento de Reconceituação intervia de maneira desarticulada com teorias críticas e reproduzia conceitos religiosos e de caridade, e a intervenção não se diferenciava dessa perspectiva. Contudo, o profissional pós-Movimento de Reconceituação passou a atuar de maneira a articular as políticas existentes para que os direitos de seus usuários fossem efetivados, além de convidá-los a pensar de forma mais crítica acerca do sistema vigente, de suas contradições e das expressões provenientes da Questão Social. Além disso, buscou sistematizar, uma conduta técnica e instrumentalizada, na tentativa de melhor atender às demandas apresentadas.

## **1.2. A Instrumentalidade no Serviço Social**

Uma discussão acerca dos instrumentos e das técnicas do Serviço Social abrange também a compreensão da categoria instrumentalidade. Em seu artigo, Guerra (2007) busca refletir em que consiste a instrumentalidade no Serviço Social e no exercício profissional de assistentes sociais e a define como a capacidade e a propriedade da profissão.

A instrumentalidade no Serviço Social é elemento constitutivo para as transformações alcançadas durante a intervenção profissional.

Ao alterarem o cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais que demandam a sua intervenção, modificando as condições, os meios e os instrumentos existentes, e os convertendo em condições, meios e instrumentos para o alcance dos objetivos profissionais, os assistentes sociais estão dando instrumentalidade às suas ações. Na medida em que os profissionais utilizam, criam, adéquam às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadores de instrumentalidade. (GUERRA, 2007: 02)

Ao afirmar que a instrumentalidade é imprescindível no trabalho, visto que é, resumidamente, a sua propriedade e considerando o trabalho como a transformação, seja do meio, do indivíduo ou de objetos, proveniente de uma relação entre teleologia (ou prévia ideação)<sup>12</sup> e objetivação<sup>13</sup> (LESSA, 1999), é perceptível a existência de uma correlação entre essas categorias e a instrumentalidade. Nessa perspectiva:

---

<sup>12</sup> “A construção, na consciência, do resultado provável de uma determinada ação” (LESSA, 1999:22)

Toda postura teleológica encerra instrumentalidade, o que possibilita ao homem manipular e modificar as coisas a fim de atribuir-lhes propriedades verdadeiramente humanas, no intuito de converterem-nas em instrumentos/meios para o alcance de suas finalidades. (GUERRA, 2007:03)

Em uma relação entre a teleologia e a instrumentalidade, pode-se fazer a analogia de que a prévia ideação consiste no planejamento em se modificar algo, contudo é a instrumentalidade, caracterizada como conhecimento e propriedade da profissão, que possibilita a efetivação dessa transformação (GUERRA, 2007).

A instrumentalidade também é compreendida como uma mediação que possibilita uma intervenção profissional de qualidade, que consiste na que perpassa os critérios instrumentais, que muitas vezes é confundido com a própria instrumentalidade, e abarca também conceitos críticos e éticos (GUERRA, 2007). Ou seja, nessa perspectiva de mediação, a instrumentalidade possibilita que o Serviço Social se constitua na união de alguns eixos da profissão: ético-político, teórico-intelectual, técnico-instrumental e formativo. (GUERRA, 2007, *apud* GUERRA, 1997).

Guerra (2007) também situa a instrumentalidade como um campo de mediações que possibilita uma relação entre esses eixos de modo crítico, o que colabora para uma articulação na perspectiva de se criar novos meios e instrumentos para responder as demandas postas à profissão.

A instrumentalidade também é campo de mediação da cultura profissional. Cultura esta desenvolvida cotidianamente pelos profissionais por meio de suas ações, seus valores, princípios, posicionamentos políticos, projetos profissionais entre outras categorias. Além disso, a fundamentação profissional também está em conteúdos provenientes das ciências sociais e da tradição marxista (GUERRA, 2007). A mediação entre todos esses eixos possibilita que o profissional atenda às demandas que lhe são apresentadas com uma perspectiva mais crítica acerca da consolidação societária e de sua presente realidade, não se pautando apenas no escopo das técnicas e dos instrumentos profissionais. Nesse sentido [...]

[...] a cultura profissional incorpora conteúdos teórico-críticos projetivos. Pela mediação da cultura profissional, o assistente social pode negar a ação puramente instrumental, imediata, espontânea e reelaborá-la em nível de respostas socioprofissionais. (GUERRA, 2007:14).

---

<sup>13</sup> “A transformação do que foi previamente idealizado em um objeto pertencente à realidade externa ao sujeito. Transformação da realidade no sentido da prévia ideação” (LESSA, 1999:22)

Como bem ponderado no primeiro tópico deste capítulo, o Serviço Social surge com auxílio da igreja católica, agindo de modo caritativo e perpetuando valores cristãos, também na tentativa de responder às consequências provenientes do capitalismo monopolista. Partindo desse princípio e compreendendo que as políticas sociais desenvolvidas pelo Estado, oriundas de lutas sociais que visam melhor condição socioeconômica para os trabalhadores, propiciam campo profissional para assistentes sociais, é importante ressaltar que essas políticas visam atender demandas específicas e por isso servem também de instrumento para manutenção da ordem capitalista (GUERRA, 2007).

Guerra (2007) ainda apresenta a instrumentalidade, seguindo a perspectiva das políticas sociais servindo aos interesses do projeto burguês, ao posicionar o profissional como um instrumento para simplesmente atuar atendendo às demandas específicas que lhe são apresentadas, impossibilitando uma reflexão acerca de toda a estrutura social em que seus usuários vivem. Contudo também reconhece que as políticas sociais, além de reproduzir a força de trabalho, é o resultado das lutas de classes.

Dentro da perspectiva supracitada é que se estabelece uma compreensão, pautada em um conceito individualizante, que as demandas postas são problemas particulares e não provenientes de uma realidade mais ampla.

Buscar se desprender da suas origens históricas e trazer à intervenção profissional uma conduta em que não se fixe apenas no eixo instrumental-técnico, buscando afirmar as suas legitimidades, diferenciando dos primórdios profissionais enriquece a instrumentalidade profissional, não a limitando à instrumentação técnica (GUERRA, 2007). Entretanto, a limitação dos instrumentos não diminui a sua importância nas intervenções dos profissionais do Serviço Social, essa categoria só deve ser articulada com as demais, constituindo a instrumentalidade: a propriedade constitutiva da profissão, que abarca suas demandas, objetivos, atribuições, conhecimento teórico entre outras categorias.

### **1.3. Prática e Teoria: A relação com os instrumentos**

Os instrumentos e as técnicas são elementos fundamentais na prática profissional do assistente social. Contudo, convém ressaltar também que, no que se refere a prática profissional, diversas são as discussões acerca do tema. Nesta monografia ressaltar-se-á a título de ilustração a discussão da prática no exercício profissional a partir de um

questionamento na categoria que se refere à Teoria e a Prática do Serviço Social, discutida por Santos (2006).

Como bem ponderado anteriormente, a atuação do profissional de Serviço Social Pós Movimento de Reconceituação firmou-se de maneira a questionar as realidades apresentadas de maneira crítica, visando, além de atender aos direitos sociais de seus usuários, refletir as maneiras de se desconstruir as condições que os colocam em situação de pobreza e desigualdade social.

Partindo desse princípio, onde a prática do assistente social também é estabelecida de forma a enfrentar objetivamente as realidades postas, a categoria profissional apresentou a seguinte questão: Na prática profissional a teoria é outra?

Netto (1999) afirma que o Serviço Social é uma profissão e não uma ciência, além de não dispor de teorias próprias, questões essas que levantam outro famigerado debate entre os estudiosos da categoria. Contudo pondera também que isso não impede que os profissionais façam estudos, pesquisas e investigações.

Sendo assim o Serviço Social se estrutura como uma profissão que produz conhecimento, mesmo que a *priori* conte com as bagagens teóricas de outras áreas do saber. Reafirma a consolidação de uma atuação mais crítica Pós Reconceituação, confirmando que o assistente social deixou de atuar de maneira a reproduzir as estruturas do modelo estabelecido e passou a questioná-lo durante essa atuação. Além disso, Netto (2006) também pontua que foi o marxismo a vertente teórica que propiciou uma reflexão mais crítica acerca da ocupação da profissão na sociedade.

Santos (2006) faz uma análise sobre a relação existente entre a prática e a teoria. Ela dispõe essas categorias da seguinte maneira:

O âmbito da prática é, então, o da efetividade da ação sobre o mundo, que tem por resultado uma transformação real desse mundo. É atual, não potencial, ou seja, o que pode ocorrer ou fazer aqui e agora, culminando na transformação de uma matéria-prima num produto natural e/ou social (SANTOS, 2006:137).

Ela complementa afirmando que a prática

determina até onde pode se desenvolver o conhecimento, visto estar ele associado às necessidades materiais, produtivas, práticas do homem social. É a prática que oferece as formações econômico-sociais que, por sua vez, estão diretamente ligadas ao tipo de produção e técnica necessárias a essa formação. (idem, ibidem).

A prática é compreendida, então, como a categoria que efetiva o que foi idealizado pelo conhecimento, saindo de uma perspectiva intelectual e abrangendo o concreto. Além

disso, a prática se relaciona com a realidade possibilitando uma ampliação desse conhecimento previamente construído.

Já sobre a teoria, Santos disserta que o âmbito da teoria

se circunscreve em propiciar o conhecimento da realidade que é objeto da transformação; o conhecimento dos meios e de sua utilização com os quais se efetiva essa transformação; o conhecimento da prática acumulada em forma de teoria; a finalidade ou a antecipação dos resultados objetivos que se pretende atingir; e, no decorrer do processo prático, um atendimento às necessidades que irão surgindo com a resistência da matéria a ser transformada, e que vai acarretando resultados imprevisíveis. (SANTOS, 2006:139).

A teoria então é o acúmulo de conhecimentos sistematizados que visam uma transformação efetiva. Conhecimentos esses, muitas vezes, provenientes de práticas. Práticas, inclusive, que podem trazer respostas inesperadas pelo que já se tinha acumulado em conhecimento, mostrando a condição de constantes mutações ao quais as teorias passam e a concreta relação existente entre as práticas e as teorias.

Contudo, para refletir sobre essa questão é importante lembrar que a teoria social de Marx é a teoria crítica utilizada pela categoria profissional mais difundida e aceita na contemporaneidade. Tendo esse pressuposto, e levando em consideração que a teoria marxista enxerga que o princípio de uma organização social mais justa, visando a equidade social, só será possível a partir da ruptura com o sistema capitalista vigente, alcançada por meio de participação popular e trabalhista, é possível enxergar onde se encontra o dilema existente que faz parecer que existe uma dissociação entre a teoria profissional e sua prática.

Uma situação que facilita essa compreensão de dissociação da teoria com a prática é o fato de a intervenção do profissional também estar vinculada aos interesses da instituição na qual ele está inserido (IAMAMOTO, 2004), o que facilita reconhecer que o assistente social, na sua prática profissional, se encontrará cercado por limites institucionais que o dificultará de exercer a sua função da forma mais plena possível. Isso realça o fato do Serviço Social trabalhar em um terreno de constantes contradições, onde o profissional se vê limitado a exercer suas atribuições pelo simples fato de não ter apoio institucional, seja por razões ideológicas da instituição ou até mesmo por questões relacionadas às condições de trabalho.

Entretanto, mesmo partindo do pressuposto dos limites impostos à atuação dos profissionais de Serviço Social, é válido reconhecer que mesmo que a prática não alcance a revolução propriamente dita, ela ainda assim é interventiva, educativa e provocativa,

possibilitando assim uma reprodução de ideais que multiplique a consciência revolucionária em seus usuários, trazendo uma visão crítica e contrária à ordem capitalista (SANTOS, 2006).

Como bem ponderado no tópico anterior, as políticas sociais, mesmo dentro da lógica de conquista das lutas dos movimentos sociais, são instrumentos de controle do Estado, para fragmentar as demandas das classes trabalhadoras. Para isso o Estado utiliza o assistente social como instrumento para atender demandas específicas (GUERRA, 2007). Essa lógica se relaciona ao fato de alguns profissionais de Serviço Social intervirem de maneira a associar a profissão apenas a essas políticas e aos instrumentos encontrados para atender as demandas fragmentadas. Seguindo essa compreensão, é possível encontrar uma disparidade entre as funções políticas da profissão, pautadas no marxismo, e a prática profissional, contudo, essa compreensão não segue uma lógica de totalidade na categoria, o que possibilita que outros profissionais do Serviço Social se portem de maneira crítica e busquem articular os necessários instrumentos no cotidiano profissional a uma postura crítica, política e emancipatória.

Seguindo essa compreensão, os instrumentos podem ser utilizados de maneira a atender aos interesses do projeto burguês, associando a intervenção do assistente social ao acesso aos direitos sociais, contudo não direcionando essa mesma intervenção a uma ampliação desses direitos e à busca de uma emancipação verdadeiramente efetivada. Vale ponderar que o profissional, se bem articulado, pode perpassar essa perspectiva e intervir de maneira crítica e comprometida com as regulamentações da profissão, buscando atender às variadas expressões da questão social de forma a compreender o que as levaram a se apresentar.

Levando todas essas questões em consideração, é interessante ponderar que a teoria e a prática são categorias complementares. Contudo, quando não há resposta direta na prática, pautada na teoria, é reflexo dos limites postos para a atuação do assistente social, que está enquadrado em uma lógica de profissional assalariado inserido em uma realidade de submissão às instituições nas quais intervém e/ou que não articulam sua intervenção profissional às posturas críticas propostas pela profissão.

Compreende-se, então, que a utilização de instrumentos isoladamente não compreende uma intervenção de qualidade, contudo, ao associá-lo aos eixos ético-político e teórico-intelectual e formativo, eixos que em união compreendem a constituição no Serviço Social

(GUERRA, 2007), a intervenção passa a ser compreendida como crítica, qualificada e questionadora.

## **Capítulo II**

### **Abordagem com Grupo e Serviço Social: alguns apontamentos teóricos.**

O segundo capítulo desta monografia visa refletir acerca da Abordagem com Grupos no Serviço Social, na tentativa de buscar compreender os limites e as possibilidades dessa técnica no âmbito do Serviço Social especialmente no período imediatamente pós-Movimento de Reconceituação e na contemporaneidade.

Para atender a essa proposta, o capítulo foi dividido da seguinte maneira: O primeiro momento se direciona para alguns apontamentos acerca da compreensão dessa técnica com grupos entre as décadas de 60 e 70.

O segundo tópico deste capítulo pretende apresentar uma curta pesquisa bibliográfica realizada em artigos publicados em periódicos oficialmente reconhecidos que, em alguma medida, apresentem dados dessa técnica no âmbito do Serviço Social. Esse levantamento bibliográfico visa conhecer a frequência e de que maneira este instrumental é abordado nas publicações científicas.

Já o terceiro tópico deste capítulo faz o mapeamento de artigos e parágrafos de documentos legais do Serviço Social que abordem sobre a temática de intervenção em grupo ou grupais, Abordagem com Grupo, na tentativa de se conhecer o que aparece sobre o assunto nos documentos oficiais da categoria.

#### **2.1. As intervenções com Grupos nos primórdios da profissão no Brasil: alguns apontamentos**

Para intervir com qualquer instrumento e/ou técnica, é necessário averiguar se o mesmo corresponde às demandas da profissão. Por isso, ainda na década de 70 do século XX, Gelba Cavalcante, professora aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, fez um extenso levantamento sobre as obras, em língua portuguesa e espanhola, que dissertavam sobre as técnicas com grupos utilizadas naquela época. Buscou, a partir desse resgate bibliográfico, ver como elas se estruturavam e se existia um consenso entre autores. Para isso ela levantou os nove livros sobre a temática que eram mais difundidos e os analisou, buscando uma coesão entre as técnicas apresentadas. Também foram selecionados sete artigos de dois diferentes periódicos para essa mesma análise. Os quadros abaixo mostram os livros

encontrados pela referida professora, além dos artigos e os seus respectivos periódicos e autores.

Quadro 01. Autores e livros analisados por Gelba Cavalcante

<b>Autores</b>	<b>Livros</b>
BERNSTEIN, Saul	Sondagens em Serviço Social de Grupo
KISNERMAN, Natálio	Serviço Social de Grupo: uma resposta ao nosso tempo
KLEIN, Alan	Serviço Social através do processo de grupo
KONOPKA, Gisela	Serviço Social de Grupo, um processo de ajuda
NORTHEN, Helen	Serviço Social de Grupo
OLIVEIRA, Renée Dupont	Servicio Social – El método decisivo em La realidad latino-americana
TORRES, Zélia	Grupos – Instrumento de Serviço Social
WILSON, Gertrude RYLAND, Gladys	Prática do Serviço Social de Grupo: uso criador do Serviço Social

Fonte – CAVALCANTE (1979:52)

Quadro 02. Autores, artigos e periódicos analisados por Gelba Cavalcante.

<b>Autores</b>	<b>Artigos</b>	<b>Periódicos</b>
BRAGA, Arlette	Visão atualizada do Serviço Social de Grupo	Debates Sociais
BRIAR, Scott	Roteiro de discussão de Serviço Social de Grupo	Debates Sociais
DIOMEDE, Marilena	Abordagens de Grupo e das técnicas de tratamento de Serviço Social de Grupo	CBCISS <sup>14</sup>
GRAVIN, Charles	Serviço Social de Grupo: Três modelos metodológicos - Modelo Desenvolvimentista, Modelo Interacionista, Modelo Preventivo e Reabilitador	CBCISS
GUIMARÃES, Edeltrudes	Serviço Social de Grupo	CBCISS
MOTTA, Edith Magalhães	Diagnóstico e Intervenção a nível de prestação de serviços a grupos	CBCISS
PETIZ, Maria Lucia	Algumas colocações sobre Serviço Social e Desenvolvimento de Comunidade	CBCISS

Fonte – CAVALCANTE (1979:53).

<sup>14</sup> Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais

Um dos resultados encontrados foi a de que, em geral, os grupos refletiam diversas realidades individuais, caminhando por um contexto que abarcava as questões psicossociais usando a psicologia e a sociologia como áreas do saber (CAVALCANTE, 1979).

Cavalcante (1979) sinalizou que para os autores analisados, no que diz respeito à transformação e a formação de consciência, a categoria transformação não é atribuída ao trabalho do assistente social e que a formação de consciência se dá de forma individual, por mais que o grupo participe como um todo no processo.

Oliveira (1969), de acordo com Cavalcante, encarava diferente o papel do Serviço Social de Grupo, pois associava ao assistente social uma função de trazer ao usuário a reflexão sobre a sua realidade socioeconômica e fazê-los, então, desejarem mudar sua situação e buscarem alcançar essa nova condição. Então a possibilidade de um crescimento econômico e reconhecimento social estavam relacionados às orientações com objetivo de alterar a mentalidade dos usuários e provocá-los a mudar, mas não em uma perspectiva psicológica e sim social. Afirma, então, que Oliveira acreditava que o Serviço Social de Grupo e o Desenvolvimento de Comunidade [...]

[...] se converteriam em instrumentos essenciais de motivação e de educação social dos cidadãos e da população que geralmente se encontra afastada dos centros culturais e órgãos de decisão política. Esta educação social seria pois um exercício de responsabilidade social bem como o desenvolvimento da consciência social. (idem, ibidem, p. 66)

Outro dado encontrado, agora em uma análise que representa majoritariamente os demais autores pesquisados por Cavalcante, já fora da compreensão de Oliveira sobre o Serviço Social com Grupos, é o de que as demandas que surgem durante uma atividade com um grupo podem se apresentar de forma explícita ou permanecer latente durante a reunião, contudo mesmo quando essas demandas são respondidas elas não são relacionadas com questões estruturais da sociedade e nem com os reflexos de realidades históricas, mas sim perpassam, mais uma vez, por uma análise mais individualizada ou restrita ao grupo que está em atividade, seguindo um viés psicológico. (Cavalcante, 1979).

Cavalcante (1979) aponta também que não encontrou, em algumas das obras pesquisadas, uma preocupação de seus autores, como é o caso de Wilson (1961) e Konopka (1972), em estudar o que gerava as demandas dos grupos. Ou seja, a compreensão da realidade histórica e social não era reconhecida. Dessa maneira, subentende-se, segundo a

referida autora, que os indivíduos e os seus problemas sociais eram vistos de forma isolada e suas demandas atendidas de maneira individual.

A referente pesquisa também trouxe como dado que a atuação do assistente social visa a interação entre os membros do grupo de modo a possibilitar um desenvolvimento pessoal. Afirma também que os grupos funcionam como:

[...] o meio pelo qual:

- os indivíduos alcançam satisfação pessoal e social;
- as normas individuais e sociais são modificadas;
- o controle social é mantido;
- a sociedade evolui em seus costumes, normas e valores. (CAVALCANTE, 1979:73).

Além disso, Cavalcante (1979) pontua a questão do conflito em Bernstein (1977), que poderia trazer malefícios para o grupo, contudo, se bem administrado pelo profissional de Serviço Social que conduzisse a reunião, poderia proporcionar, inclusive, um amadurecimento e uma união entre os participantes da abordagem. E caso o conflito não pudesse ser solucionado, dentro da perspectiva de Helen Northen, pensar-se-ia em maneiras, inclusive, de se eliminar o participante que atuasse de forma a desorganizar o funcionamento da atividade. (CAVALCANTE, 1979). Então ela observou que a atividade com grupo caminhava para uma abordagem funcionalista:

[...] na qual o sistema deve funcionar com um grau mínimo de coerência interna, sem permitir conflitos persistentes que venham a ameaçar essa coerência. Se a tendência do sistema é atingir o seu estado de equilíbrio, pela sua própria natureza não pode permitir que forças diversas, pressões, tensões, conflitos fiquem agindo sobre ou dentro do sistema. (Cavalcante, 1979:70)

Percorrendo essa perspectiva funcionalista, Cavalcante (1979) concluiu, depois de realizar a sua pesquisa, que cada membro do grupo tem seu papel, sua função, que tende a contribuir para a estrutura desse mesmo grupo.

Além disso, é concluído pela pesquisadora que os grupos no antepassado profissional e na perspectiva do Serviço Social funcionam de modo a reproduzir as relações existentes na sociedade. Assim sendo, o grupo possibilitaria uma melhor interação entre o indivíduo e o meio em que vive.

[...] a melhoria do funcionamento social, a integração e adaptação dos indivíduos ao seu meio constituem objetivos do Serviço Social de Grupo. (...) o Serviço Social de Grupo pretende o estabelecimento de relações funcionais positivas e a correção das funções negativas ou disfunções. Como consequência, contribui para: desenvolver e estimular as funções que servem à manutenção da continuidade estrutural, bem como prevenir e atenuar conflitos, evitar o aparecimento de disfunções, corrigir comportamentos desviantes, que ameaçam o equilíbrio do sistema. Desta forma, o

*Serviço Social de Grupo situa-se na sociedade global como uma atividade recorrente, cuja função se define pela contribuição que dá à reprodução do sistema como tal.* (idem, ibidem:112. Grifo Nosso).

Assim sendo, pode-se concluir que a Abordagem com Grupo nos primórdios da profissão caminha por uma perspectiva de ordem social funcionalista e de atendimento de demandas psicológicas. Assim sendo, as técnicas que trabalhavam com grupos, durante esse período (1960 e 70), não caminhavam para uma perspectiva que abarcasse as realidades dos usuários dentro de uma sociedade ou comunidade e nem a estrutura econômica, política e social em que estavam inseridos, encarando, então, a demanda do usuário como proveniente de uma questão particular e individual. O que, dentro de uma visão atual sobre as intervenções dos assistentes sociais, não condiz com as atribuições profissionais da categoria. Para compreender melhor a estruturação desse instrumental na contemporaneidade, se faz necessário realizar algum levantamento bibliográfico para conhecer como o mesmo é compreendido cientificamente e se o mesmo reproduz a compreensão levantada por Cavalcante.

## **2.2. Bibliografia sobre Abordagem com Grupo: uma pesquisa preliminar**

Seguindo uma abordagem semelhante a de Cavalcante, foi feito um levantamento preliminar de artigos encontrados no portal da CAPES utilizando-se duas palavras-chave: Serviço Social e Grupo. Ambos os termos foram utilizados entre aspas. O *site* foi acessado fora dos domínios da Universidade de Brasília, fazendo com que o seu conteúdo fosse restrito, na medida em que o acesso à totalidade do acervo da base de dados deste portal é integral apenas às universidades e a quem tem senha para acessar o conteúdo completo. Contudo, mesmo dentro dessa limitação, os artigos encontrados puderam responder, em alguma medida, como a Abordagem com Grupo vem sendo trabalhada a partir do que os artigos encontrados apontam no contexto científico e profissional na atualidade.

Cabe ressaltar que um levantamento mais detalhado acerca do tema e envolvendo outras fontes de dados além da CAPES; e/ou em outras línguas (buscando bibliografia em outros países) se faz urgente e necessário. Contudo, em função do tempo que seria necessário para realizar tal pesquisa não foi possível efetivar tal pesquisa no limitado tempo disponível para a realização dessa monografia. Nesse sentido, tal busca não foi realizada aqui, mesmo

porque esse não era o objetivo prioritário de nosso trabalho monográfico, como explicitado na introdução desse documento.

A busca com as palavras-chave acima citadas rastreou 129 trabalhos científicos. Foi realizada a leitura do resumo de todos e desse total, apenas 14 artigos e 01 dissertação se referiram a tentativa de posicionar o assistente social, em alguma medida, em uma intervenção profissional que trabalhe com grupos.

Para melhor compreensão de quais trabalhos acadêmicos foram encontrados na pesquisa, um quadro com o título de cada publicação, o nome e a origem do periódico, o ano de publicação, os autores e as palavras-chaves estão em anexo nesta monografia. Além disso, todos esses artigos e a dissertação estão disponíveis, em formato *pdf*, na *internet* e em um *CD-ROM*, também em anexo.

Os 15 trabalhos selecionados são provenientes apenas de 04 revistas e de uma biblioteca virtual. A quantidade de artigos encontrado em cada uma, assim como a origem de cada periódico, está discriminada no quadro a seguir:

Quadro 03 - Relação de revistas e biblioteca, suas origens e a quantidade de trabalhos acadêmicos encontrados em cada uma delas.

<b>Revista / Biblioteca</b>	<b>Quantidade de Trabalhos</b>	<b>Origem da Revista/Biblioteca</b>
Textos e Contextos	05	Rio Grande do Sul
Ciência e Saúde Coletiva	07	Rio de Janeiro
Saúde e Sociedade	01	São Paulo
Psico	01	Rio Grande do Sul
Biblioteca do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa	01	Portugal

Fonte: Pesquisa parcial realizada no portal da CAPES (realizada entre dezembro de 2012 e fevereiro de 2013)

Apesar de pontuar as revistas encontradas pelo portal da CAPES, vale esclarecer que não se pôde tirar conclusões gerais acerca dos periódicos, visto que a busca estava restrita, o que impede a previsão da quantidade de artigos que seriam acessíveis em outras revistas que não tinham acesso liberado. Por outro lado é importante considerar que a pesquisa, mesmo não abrangendo todos os artigos que poderiam ser encontrados no portal da CAPES (uma vez que a busca foi restrita), pode ser avaliada como de acesso comum, na medida em que os

dados encontrados são os que estão disponíveis para todo e qualquer pessoa interessada na temática, independente de senha para acessar os artigos.

Sobre a temática dos artigos e da dissertação é pertinente ressaltar que nenhum deles tem como tema central a Abordagem com Grupo, o que, em certa medida, mostra uma ausência no estudo do instrumental e de suas especificidades.

Com a ausência de artigos que trabalhassem especificamente com o instrumental do Serviço Social, a seleção dos 15 mencionados se deu na medida em que abordavam uma associação da intervenção profissional do assistente social com algum grupo de usuários.

Dos trabalhos selecionados a maioria apenas cita a existência de assistentes sociais em uma equipe interprofissional ou comenta a necessidade de tê-lo junto dessa equipe que atende a um grupo específico de usuários.

Vale ponderar que a questão do trabalho interdisciplinar foi tema encontrado em vários dos outros 114 artigos que não foram escolhidos por não se enquadrarem nos critérios de seleção: demarcar a participação do assistente social no grupo.

As publicações provenientes da revista “Ciência e Saúde Coletiva” totalizam 07, como bem explicita o Quadro 01, e todos os seus artigos são relacionados à área da saúde, como sugere o próprio nome do periódico. Além disso, os trabalhos provenientes das revistas “Saúde e Sociedade” e “Psico” e um dos artigos da “Textos e Contextos” também são centradas na mesma área, a Saúde, e a dissertação encontrada na “Biblioteca do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa” também traz questões relacionadas a saúde como temas centrais.

Nesse sentido, sendo que 11 dos 15 trabalhos acadêmicos estão relacionados à saúde, é pertinente supor que talvez a temática de abordagem profissional com grupos vem sendo mais pesquisada no escopo da área da saúde.

A ausência de trabalhos que discutem especificamente sobre a Abordagem com Grupo suscita uma reflexão sobre a produção científica na área, passando pela compreensão de que para a melhor utilização de um instrumental, ou até mesmo para a sua desqualificação, se faz necessário análises profundas e científicas para se atestar se o mesmo atende às atribuições do Serviço Social ou se é preciso ser revisto.

Por fim, para ampliar o escopo da pesquisa do âmbito da produção acadêmica (que se apresentou bastante limitado) optou-se também por realizar uma análise documental por meio

de busca no portal do Conselho Federal de Serviço Social e assim mapear o que aparece nos documentos oficiais sobre a referida técnica.

### **2.3. Abordagem com Grupo e Arcabouço legal do Serviço Social brasileiro: pontos para reflexão**

Por possuir conselhos profissionais, tanto na esfera federal quanto na estadual, o Serviço Social é organizado de modo a deter regulamentos que normatizam a atuação do profissional e que são estabelecidos e acordados pelos Conselhos. Partindo desse pressuposto e caminhando numa perspectiva que compreende, em alguma medida, a existência de intervenções profissionais que atendam grupos e suas demandas, foi realizado um levantamento do arcabouço legal do Serviço Social brasileiro na tentativa de conhecer se há e quais são os limites e as possibilidades da Abordagem com Grupo dentro da profissão (em seu âmbito legal).

Cabe lembrar que, embora as resoluções e documentos do CFESS não definam a Abordagem com Grupo na acepção que está sendo empregada nesse trabalho, essas normas citam diversas dimensões do trabalho com grupos. Por isso cabe aqui analisá-las como forma de elucidar o que as normativas trazem de compreensão sobre o trabalho com grupos.

A hipótese desta monografia acredita que haja certa resistência da categoria profissional à Abordagem com Grupo e relaciona essa oposição com a Resolução de número 569, do dia 25 de março de 2010, do Conselho Federal de Serviço Social, que veda ao assistente social a realização de práticas terapêuticas em sua intervenção profissional. Essa resistência estaria pautada na associação da utilização da Abordagem com Grupo aos procedimentos técnicos e metodológicos que resguardam os pressupostos dos primórdios da profissão. Pois, como bem pondera o primeiro tópico deste capítulo, existia uma associação direta da Abordagem com Grupo com as teorias e os procedimentos metodológicos próprios da Psicologia.

Entretanto, é interessante observar, que o documento acima citado (Resolução nº 569/2010) não faz nenhuma associação direta e explícita do que ele denomina como práticas terapêuticas à Abordagem com Grupo. Ao contrário, a referida resolução, em verdade, preconiza e valida intervenções profissionais que atendam a mais de um usuário simultaneamente. Isso fica evidenciado nos Artigos 2º e 3º:

Art. 2º. Para fins dessa Resolução consideram-se como terapias individuais, grupais e/ou comunitárias:

- a. Intervenção profissional que visa a tratar problemas somáticos, psíquicos ou psicossomáticos, suas causas e seus sintomas;
- b. Atividades profissionais e/ou clínicas com fins medicinais, curativos, psicológicos e/ou psicanalíticos que atuem sobre a psique.

Art. 3º. Fica vedado ao Assistente Social vincular ou associar ao título de assistente social e/ou ao exercício profissional as atividades definidas no artigo 2º desta Resolução;

Parágrafo primeiro – *O Assistente Social, em seu trabalho profissional com indivíduos, grupos e/ou famílias, inclusive em equipe multidisciplinar ou interdisciplinar, deverá ater-se às suas habilidades, competências e atribuições privativas* previstas na Lei 8662/93, que regulamenta a profissão de assistente social.

Parágrafo segundo – *A presente Resolução assegura a atuação profissional com indivíduos, grupos, famílias e/ou comunidade, fundamentada nas competências e atribuições* estabelecidas na Lei 8662/93, nos princípios do Código de Ética do Assistente Social e nos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social previstos na Resolução CNE/CES/MEC nº 15, de 13 de março de 2002, garantindo o pluralismo no exercício profissional. (BRASIL, CFESS, Resolução nº 569, de 25 de março de 2010. Grifo Nosso)

Mesmo que o Artigo supracitado mencione o veto às atividades de cunho terapêutico, ele assegura que o profissional de Serviço Social pode trabalhar com grupos, na medida em que limite sua intervenção às competências da sua profissão. O que demonstra que a presente Resolução não considera igual a Abordagem com Grupo (entendendo aqui apenas a acepção grupos) e as práticas com cunho terapêutico.

Além da referida Resolução, outros documentos legais legitimam as intervenções profissionais com grupos. É o caso da Lei 8.662/93, citada na Resolução 569/2010, que regulamenta a profissão de Assistente Social e menciona a Abordagem com Grupo de modo a autorizar a sua prática<sup>15</sup>.

Após a Lei que regulamenta a profissão, a Lei de nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, foi aprovada e tinha como ementa a organização da Assistência Social no território brasileiro. No que diz respeito a organização e gestão das ações na assistência social, um artigo aponta a existência de trabalhos realizados com grupos e a sua legalidade.

Art. 6º-D. As instalações dos CRAS e dos CREAS devem ser compatíveis com os serviços neles ofertados, com espaços para trabalhos em grupo e ambientes específicos para recepção e atendimento reservado das famílias e indivíduos, assegurada a acessibilidade às pessoas idosas e com deficiência. (BRASIL, Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Grifo Nosso).

---

<sup>15</sup> O Artigo 4º desta lei trata das competências do Assistente Social e foi previamente citado na introdução desta monografia. E, em alguma medida, legitima a Abordagem com Grupo na intervenção profissional dos Assistentes Sociais.

Esse artigo foi incluído na Lei mencionada pela Lei nº 12.435, de 06 de Julho de 2011, que altera a anterior. Ou seja, o artigo 6º-D não estava presente anteriormente na referida Lei.

Em 05 de Setembro de 2001, o CFESS publicou a Resolução de nº 418 que aborda os honorários do Serviço Social, “fixando o valor mínimo a ser cobrado, que servirá de parâmetro para prestação dos serviços profissionais da (do) Assistente Social que trabalhe sem qualquer vínculo empregatício, vínculo estatutário ou de natureza assemelhada” (BRASIL. CFESS, Resolução nº 418, de 05 de Setembro de 2001). Em suas disposições específicas, consta o seguinte artigo:

Art. 10º - Os procedimentos alvo desta TRHSS (Tabela Referencial de Honorários de Serviço Social), dispostos a seguir, estão vinculados aos art. 4º e 5º da Lei 8662/93<sup>16</sup>, cujos valores devem ser calculados conforme o parágrafo 3º do Artigo I desta Resolução<sup>17</sup>;

01- Prestar orientação social, realizar visitas, identificar recursos e meios de acesso para atendimento ou defesa de direitos; encaminhar providências junto a indivíduos, grupos, segmentos populacionais (idem, ibidem).

Além de documentos formais que preconizam a utilização de intervenções com grupos dentro do Serviço Social, o CFESS também elaborou três cartilhas que parametrizam a intervenção do assistente social e legitimam a Abordagem com Grupo em três áreas de atuação: a Assistência, a Saúde e mais recentemente a Educação. Por terem sido elaboradas pelo Conselho Federal de Serviço Social, essas cartilhas possuem caráter legal e respondem bem às questões relacionadas à intervenção profissional.<sup>18</sup>

A cartilha intitulada “Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde” foi a primeira da série “Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais”, publicada em 2010 e objetiva, portanto:

Procura, nesse sentido, expressar a totalidade das ações que são desenvolvidas pelos assistentes sociais na saúde, considerando a particularidade das ações desenvolvidas

---

<sup>16</sup> O Artigo 5º desta lei trata das atribuições privativas do Assistente Social.

<sup>17</sup> “Art. 1º - Instituir a Tabela Referencial de Honorários de Serviço Social – TRHSS, com previsão da hora técnica, fixando o valor mínimo a ser cobrado, que servirá de parâmetro para prestação dos serviços profissionais da (do) Assistente Social que trabalhe sem qualquer vínculo empregatício, vínculo estatutário ou de natureza assemelhada. (...)”

§ 3º - O Profissional poderá adotar a Hora Técnica multiplicada pelo total de horas trabalhadas para calcular o valor do procedimento.” (BRASIL. CFESS, Resolução nº 418, de 05 de Setembro de 2001)

<sup>18</sup> No Capítulo III há uma retomada da discussão do tema Abordagem com Grupo apresentados nessas cartilhas que parametrizam a intervenção do Assistente Social.

nos programas de saúde, bem como na atenção básica, média e alta complexidade em saúde. (BRASIL, CFESS, Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde, 2010:12)

E partindo desse objetivo, a publicação menciona a Abordagem com Grupo, ao se referir às ações socioeducativas quando afirma que

[...] o profissional de Serviço Social deve utilizar, segundo Vasconcelos (1993)<sup>19</sup>, a prática reflexiva, que possibilita aos usuários a análise e desvendamento das situações vivenciadas por meio de reflexão crítica estimulada pelo assistente social, de forma que o usuário consiga captar, na medida do possível, o movimento da realidade social e, conseqüentemente, participar, de forma consciente, do processo de transformação dessa realidade enquanto ser histórico. **Esse processo deve priorizar a atenção coletiva, em grupo, o que possibilita a troca de experiência entre os sujeitos, a manifestação da força que a organização tem e da condição de classe dos sujeitos envolvidos.** (idem, ibidem:56. Grifo Nosso)

O trecho supracitado, além de legitimar a intervenção profissional por meio de processos que abarquem a Abordagem com Grupo, menciona uma especificidade desse instrumental, que é a possibilidade de troca de experiências entre os próprios usuários, o que facilita um pensamento coletivo e fortalece e emancipa os sujeitos participantes.

A cartilha destina à atuação do assistente social na assistência segue os mesmos critérios da mencionada anteriormente, contudo destinada à política de assistência social. Essa publicação explicita as competências específicas do profissional de Serviço Social na Política de Assistência Social e as divide em algumas dimensões, uma delas é a dimensão:

[...] que engloba as abordagens individuais, familiares ou **grupais** na perspectiva de atendimento às necessidades básicas e acesso aos direitos, bens e equipamentos públicos. **Essa dimensão não deve se orientar pelo atendimento psicoterapêutico a indivíduos e famílias (próprio da Psicologia), mas sim à potencialização da orientação social, com vistas à ampliação do acesso dos indivíduos e da coletividade aos direitos sociais;** (BRASIL, CFESS, Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, 2011:19. Grifo Nosso)

Além do trecho supracitado reconhecer que a Abordagem com Grupo pode ser realizada pelos profissionais de Serviço Social, o mesmo deixa explícito o que a Resolução nº 569/2010 afirma sobre o veto às práticas que visem um atendimento psicoterapêutico, reafirmando que essa prática é destinada aos profissionais de outra área do saber, a Psicologia, além de deixar expresso que a intervenção do assistente social deve estar pautada na lógica de o usuário ter seu acesso ampliando no que diz respeito aos direitos sociais.

---

<sup>19</sup> O texto ao qual a cartilha se refere é: VASCONCELOS, Ana Maria de. Serviço Social e Práticas Reflexivas. In: Em pauta – Revista de Serviço Social da UERJ, Rio de Janeiro, nº 1, UERJ, 1993.

A terceira e mais recente publicação acerca da atuação profissional está voltada para a Política de Educação. Nesta cartilha, no que diz respeito a inserção do assistente social nessa Política, algumas constatações são feitas, entre elas a de que:

A ação profissional não deve ser conduzida, desvinculada das dimensões ética, política e teórica, ou seja, circunscrita apenas à dimensão técnica, independentemente do estabelecimento educacional em que ocorra, seja ele público ou privado. As ações de execução, orientação, acompanhamento, investigação e socialização, entre outras, e não apenas aquelas que se efetivam a partir de abordagens grupais com a discussão de temas e assuntos relativos às condições de vida, trabalho e educação da população atendida, incidem também sobre a qualidade da educação. (BRASIL, CFESS, Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação, 2012:45. Grifo Nosso)

Fica evidenciado que a Abordagem com Grupo não deve exercer uma função limitada, devendo perpassar e alcançar questões que vão além de discussão e alcancem a orientação, a reflexão, o acompanhamento e a investigação, possibilitando assim uma melhor emancipação dos usuários e um avanço na qualidade da Política de Educação.

Assim sendo, fica evidenciado que nenhuma publicação do CFESS e nem as Leis Federais de nº 8.742 e 12.435, que tratam sobre a organização do Serviço Social, negam a prática da Abordagem com Grupo por assistentes sociais, desde que o profissional atue de forma a responder às atribuições do Serviço Social, especialmente no que se refere a orientações acerca de direitos sociais e acesso às políticas públicas sociais. não permitindo se confundir com outras áreas do saber. Assim sendo, essa abordagem não é vedada ao profissional assistente social; e não, necessariamente caracterizam-se em práticas de cunho terapêutico.

### **Capítulo III**

## **A percepção da Abordagem com Grupo por profissionais assistentes sociais na área da Saúde e na área da Assistência: dúvidas, dilemas e algumas indefinições.**

Reconhecendo a importância de se avançar cientificamente no que diz respeito ao estudo dos instrumentos e técnicas do Serviço Social e pressupondo que exista uma resistência à utilização da referida técnica da Abordagem com Grupo pela categoria, a pesquisa realizada teve o intuito de conhecer a percepção/compreensão de assistentes sociais acerca do referido tema.

Como explicado anteriormente na metodologia, o trabalho de campo realizado abarcou profissionais de duas áreas de atuação do Serviço Social: Saúde e Assistência. E foi realizado em duas Regiões Administrativas do Distrito Federal: Ceilândia e Taguatinga.

Por fim as entrevistas pretenderam também discutir qual o conhecimento dos sujeitos de pesquisa sobre a Resolução de nº 569, elaborada pelo Conselho Federal de Serviço Social e publicada em 25 de Março de 2010.

### **3.1. Questões preliminares, problemas de pesquisa e perfil dos entrevistados.**

Na tentativa de trazer maior compreensão sobre a pesquisa e seus resultados, se faz interessante esclarecer o que motivou para a realização deste trabalho, os critérios para a seleção das áreas de atuação profissional que foram escolhidas e das Regiões Administrativas abarcadas, bem como desenhar o perfil de gênero, idade e formação acadêmica dos sujeitos de pesquisa.

No que diz respeito à motivação para a realização deste trabalho, o pesquisador partiu inicialmente de questões subjetivas, de observações pessoais e até muito preliminares acerca de um suposto desinteresse dentro da Academia em relação à discussão do tema dos instrumentos e das técnicas do Serviço Social. Essa avaliação preliminar feita por este pesquisador baseou-se também na observação do currículo do curso e na conclusão de que o número de disciplinas que se destinam à discussão desses temas (instrumentais, e mesmo Abordagem com Grupo) ainda é muito pequeno. De fato o conteúdo aparece de forma fragmentada e desarticulada em poucas disciplinas (estágio, Processos de Trabalho 1 e 2). E mesmo a única disciplina que abordava a temática de forma mais direta (Oficina de

Instrumentais Técnico Operativos) foi extinta por não ser considerada uma disciplina obrigatória e/ou mesmo do fluxo do curso (era ministrada em caráter complementar).

Por sua vez, as áreas de atuação profissional dos sujeitos das entrevistas selecionadas, como já foi explicado anteriormente, foram a Saúde e a Assistência. A razão para que esses fossem os campos profissionais escolhidos, como já foi mencionado na introdução desta monografia, está intimamente relacionado com a publicação das cartilhas da série “Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais” que dissertam sobre os parâmetros de atuação do assistente social na Política de Saúde, na Política de Assistência Social e na Política de Educação e que foram desenvolvidas pelo CFESS. A terceira cartilha mencionada, intitulada “Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”, foi apresentada no começo de Fevereiro de 2013, época em que o projeto de pesquisa dessa monografia já havia sido definido. Por isso, essa área ficou fora do escopo da pretensão de nossa pesquisa.

Estas publicações, como o próprio título sugere, são parâmetros para atuação do Assistente Social. Em outras palavras, o órgão de classe da categoria, em sua instância Federal aborda, sugere, recomenda referências para a compreensão da intervenção profissional nessas três políticas. Por esse motivo, os documentos citados foram analisados no capítulo II desta monografia e, com base nessa análise, poder-se-ia inferir que que em todos eles, inclusive no mais recente acerca da atuação profissional na Educação, a Abordagem com Grupo na forma como é defendida neste trabalho, atenderia a maioria das recomendações preconizadas pelo Conselho Federal de Serviço Social.

Assim, por exemplo, no que diz respeito à Abordagem com Grupo, a cartilha que trata sobre os parâmetros de atuação profissional na Política de Saúde menciona as ações socioeducativas e afirma que o trabalho com Grupo é priorizada nessas ações (socioeducativas) por proporcionarem uma reflexão mais profunda nos usuários, e por estarem em um momento em que se incentiva a troca de experiências e realidades entre eles. Ou seja, a Abordagem com Grupo, levando em conta o documento citado, seria uma técnica válida e teria sua especificidade reconhecida e considerada vantajosa para determinado tipo de intervenção: a socialização de experiências entre os próprios usuários, possibilitando uma reflexão crítica e uma análise menos individual acerca do seu contexto social.

A publicação supracitada ainda reafirma o que está vetado ao profissional de Serviço Social após a Resolução de nº 569/2010, ao afirmar que

Não cabe ao profissional de Serviço Social se utilizar no exercício de suas funções de terapias individuais, de grupo, de família ou comunitárias, mas sim potencializar a orientação social com vistas à ampliação do acesso dos indivíduos e da coletividade aos direitos sociais. (BRASIL, CFESS, Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde, 2010:44).

Além de reforçar o veto às práticas terapêuticas, o trecho supracitado também diferencia, objetivamente, as atribuições dos profissionais de Serviço Social daqueles profissionais que trabalham com as referidas práticas. A publicação referente à Política de Assistência Social também enfatiza esse reforço ao veto das práticas psicoterapêuticas e menciona as atribuições dos assistentes sociais<sup>20</sup>.

Já o documento sobre a Política de Assistência Social ao falar sobre as dimensões interventivas da atuação do Serviço Social menciona que

A materialização dessas diversas dimensões é preche de possibilidades e pode se desdobrar em diversas competências, estratégias e procedimentos específicos, com destaque para: (...)

- instituir espaços coletivos de socialização de informação sobre os direitos socioassistenciais e sobre o dever do Estado de garantir sua implementação; (...)
- organizar os procedimentos e realizar atendimentos individuais e/ou coletivos nos CRAS; (BRASIL, CFESS, Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, 2011:20.).

Ao mencionar a possibilidade de se trabalhar com um coletivo de usuários, esse documento também possibilitaria a compreensão de que a Abordagem com Grupo, se utilizada para responder às demandas do Serviço Social, seria uma técnica legítima.

Partindo desses pressupostos, de documentos específicos sobre como se deve estabelecer as práticas profissionais dos assistentes sociais em Políticas específicas, foram selecionadas essas duas áreas de atuação (Saúde e Assistência).

Em relação à seleção das Regiões Administrativas do Distrito Federal, Ceilândia e Taguatinga, e como já foi mencionada na introdução desta monografia esta foi feita em função da disponibilidade do tempo do pesquisador e da distância das referidas localidades de sua residência, o que facilitou o processo de coleta de dados.

A pesquisa encontrou alguns problemas em sua execução. Conforme explicitado na metodologia, o pesquisador só conseguiu realizar oito das dez entrevistas previstas, uma vez que boa parte dos profissionais estavam de recesso e/ou de férias.

Vale salientar que outra dificuldade encontrada foi durante o processo de coleta de dados: Nos primeiros momentos o pesquisador entrava em contato por telefone, apresentava a

---

<sup>20</sup> Citado no Capítulo II desta monografia.

pesquisa e questionava os profissionais se eles estariam dispostos a participar. Contudo uma considerável parcela dos assistentes sociais contatados não se mostrou disposta a se sujeitar à coleta de dados.

Após algumas tentativas via telefone, o pesquisador decidiu ir até o local de trabalho de profissionais com quem ainda não tinha conversado e propor a entrevista pessoalmente. Acreditando que essa postura possibilitaria uma aceitação maior dos profissionais, o que foi confirmado, visto que a maioria dos que estavam em seu local de trabalho e dispunham de tempo para responder às perguntas, participou da pesquisa.

Em relação às oito entrevistas realizadas, cinco foram provenientes da área da Saúde, sendo que destas apenas uma foi coletada em um hospital e as outras quatro em centros de saúde. As outras três, que se referem à Assistência Social, abordavam a intervenção profissional dentro do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). O CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), por sua vez, não foi contemplado na coleta de dados.

Além disso, do total de entrevistas realizadas, seis são provenientes de instituições de Taguatinga e apenas duas de Ceilândia. Essa diferença se deu pelo fato de o pesquisador não ter conseguido agendar entrevistas ou encontrar profissionais que pudessem recebê-lo, pois ou estavam de férias ou encontravam-se em atendimento, incluindo uma assistente social que estava atendendo um grupo de planejamento familiar com a colaboração de profissionais de outras áreas do saber.

Já sobre o perfil dos sujeitos de pesquisa é importante explicar que embora a seleção direta tenha sido aleatória para o quesito gênero (não se definiu previamente quantas seriam homens e quantas seriam mulheres) vale dizer que todas as pessoas entrevistadas são do sexo feminino.

Ademais, o quadro abaixo ilustra outros dados relevantes sobre o perfil dessas profissionais: idade, natureza da instituição onde cursou Serviço Social (pública e/ou privada) e se possuía formação para além da graduação:

Quadro 04. Perfil das profissionais entrevistadas por idade, instituição da graduação e formação acadêmica.

Entrevistadas	Idade				Instituição Graduação		Formação	
	25 a 35	36 a 45	46 a 50	Mais de 50	Pública	Privada	Especialização	Mestrado
01			X			X	X	
02		X			X			
03			X		X		X	
04	X				X		X	
05	X				X		X	
06				X	X		X	
07			X			X		
08				X		X	X	X

Fonte: Dados das entrevistas realizadas na pesquisa de campo 2012/2013

Como se pode observar no quadro acima, das oito profissionais entrevistadas, duas estão entre 25 e 35 anos de idade, uma entre 26 e 45, três entre 46 e 50 e duas com mais de 50 anos. Cinco delas cursaram a graduação em instituições públicas de ensino superior e três em instituições privadas. Duas das oito entrevistadas não fizeram especialização, contudo as outras seis fizeram e apenas uma destas possui mestrado.

### **3.2. Percepção das assistentes sociais acerca da Abordagem com Grupo: O que os dados revelam?**

Após a realização das oito entrevistas mencionadas, os dados foram utilizados para a reflexão acerca da intervenção profissional da categoria. Relacionando-as, em especial, com a Abordagem com Grupo, tema central deste trabalho.

Vale lembrar que conhecer qual a percepção das assistentes sociais entrevistadas acerca da compreensão do tema da Abordagem com Grupo e conhecer qual a metodologia empregada durante a intervenção profissional, nos casos daquelas que assumiram utilizar a referida técnica, foram os dois primeiros objetivos do roteiro de entrevistas.

Seguindo essa perspectiva, das oito assistentes sociais entrevistadas, duas associaram a Abordagem com Grupo a um espaço de troca de informação, de experiência e de saber. E, as

referidas entrevistadas reconheceram essa dimensão da compreensão da referida técnica como sendo o diferencial de uma intervenção individual para a intervenção com um grupo de pessoas. Uma delas, inclusive, aponta que essa troca de saber não ocorre só entre usuários, mas também entre usuários e profissionais, o que fica evidenciado na seguinte fala:

Eu vejo mais (a Abordagem com Grupo) pelo ponto de vista de troca de... de experiência, troca de saber. E socialização das informações. Porque, num grupo, você... é... além de... eu acho que o profissional não pode chegar como o dono do saber, ele que sabe e ele vai transmitir tudo... todo o conteúdo ali, todas as informações. Eu acredito mais na troca, tá?! (Entrevistada nº 01).

A compreensão de que a Abordagem com Grupo possui esse diferencial em relação à abordagem individual é evidenciado, como já foi ponderado nesta monografia, na cartilha que trata sobre os parâmetros de atuação dos assistentes sociais na política da saúde, ao relacionar as ações socioeducativas à troca de experiências entre os usuários. O que fortalece uma concepção mais reflexiva dos próprios usuários (participantes do grupo) acerca da realidade em que se encontram.

Já a metodologia dentro da Assistência Social, de acordo com duas das três entrevistadas que relataram experiências nessa área, está centrada em duas modalidades de grupo dentro do Serviço Social no CRAS: Os Grupos Socioeducativos e os Grupos de Reflexão. Cada modalidade, segundo as entrevistadas, caminhando para a sua especificidade, e tendo objetivos diferenciados.

Os Grupos Socioeducativos podem ser descritos, de acordo com as análises feitas a partir das falas das entrevistadas, como grupos educativos e informativos. São grupos que funcionam com um número grande de pessoas, provenientes do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família)<sup>21</sup>. Esses grupos não são realizados periodicamente com os mesmos usuários e visam a socialização de informação e a tentativa de conscientizar os usuários sobre os seus direitos e deveres. A entrevistada de número 04 define o Grupo Socioeducativo da seguinte maneira

O Grupo Socioeducativo ele é mais voltado pra informação e orientação pra cidadania, né?! A... A gente trabalha os direitos sociais, os direitos humanos, a gente

---

<sup>21</sup> Informações sobre o PAIF podem ser encontradas nos cadernos, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, intitulados “Orientações Técnicas sobre o PAIF” e divididos em dois volumes: “O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais” e “Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF”.

trabalha algumas temáticas voltadas pra... pro acesso à educação, ao trabalho, à renda, à previdência social, à... a questão do gênero, por exemplo, né?! (Entrevistada nº 04)

Partindo da definição da profissional, o Grupo Socioeducativo ao qual ela se refere caminha em uma perspectiva diferenciada das Ações Socioeducativas citadas na cartilha que orienta sobre as atribuições profissionais na Política de Saúde, na medida em que a modalidade desenvolvida no CRAS é em grande medida unilateral, onde o profissional traz as suas orientações e observações e as direciona aos seus grupos de usuários.

Apesar de nem todas as profissionais da Assistência e nem mesmo as da Saúde nomearem de forma mais categórica as modalidades de Abordagem com Grupo com as quais trabalhavam, é possível constatar nas entrevistas que a concepção de Grupo Socioeducativo desenvolvido pelas profissionais do CRAS (citada acima) é contemplada por boa parte dos sujeitos de pesquisa, pois sete das oito entrevistadas afirmam que a metodologia da Abordagem com Grupo está relacionada à socialização de informações. A Entrevistada de número 06 faz o seguinte comentário: “E assim, a técnica é palestra educativa que a gente realiza. No meu caso, é... eu oriento sobre... orientações previdenciárias e direitos sociais.”.

Já em relação aos denominados Grupos de Reflexão, pode-se inferir que estes estariam relacionados à tentativa de trazer aos usuários a consciência da realidade que os cerca, possibilitando uma melhor compreensão da complexa realidade em que vivem, saindo de uma perspectiva individual e trazendo-os para uma lógica mais ampla. Esses grupos são periódicos e com os mesmos usuários, tendo início, meio e fim e, geralmente, começam no início do ano e vão até o fim do mesmo. São grupos menores, pois trabalham em uma lógica de troca de experiências e se pautam, em geral, na confiança e no sigilo, critérios acordados antes da consolidação do grupo. A entrevistada de número 04 explicita bem essa questão do acordo feito entre os participantes do Grupo de Reflexão com a seguinte fala:

[...]o Grupo de Reflexão, que é um grupo fechado, existe uma regra, né, uma regra... todo um protocolo no sentido de... de até guardar sigilo sobre as experiências que são compartilhadas, então ele é um grupo que ele... ele tem início, né, e fim com os mesmos participantes. (Entrevistada nº 04)

As Ações Socioeducativas enunciadas na publicação do CFESS acerca dos parâmetros de atuação profissional na política de Saúde se assemelham aos Grupos de Reflexão desenvolvidos pelas profissionais da Assistência, pois nessa modalidade de Abordagem com Grupo é possível desenvolver uma troca entre os usuários, possibilitando uma reflexão mais

abrangente e coletiva da realidade posta, e permitindo que a compreensão da realidade apresentada pelos usuários seja alcançada por eles mesmos.

Ainda seguindo os dados sobre a metodologia aplicada, quatro das oito entrevistadas utilizam o termo “dinâmica” para ponderar as metodologias que realizam dentro da Abordagem com Grupo. Contudo essa categoria não foi definida por elas, o que dificulta uma análise mais detalhada sobre esse termo. Mesmo assim foi constatado como um dado importante para a pesquisa, na medida em que essa terminologia apareceu em diversas entrevistas e se refere à metodologia da Abordagem com Grupo.

A Entrevistada de nº 05 mostrou um diferencial na sua intervenção profissional com grupos. Ao mencionar a sua atuação em um grupo de tabagismo, onde a pretensão dos usuários é a de parar de fumar, ela demonstrou sentir certa limitação no que diz respeito à sua atribuição. Contudo, mesmo reconhecendo que o grupo, que é atendido por uma equipa interprofissional, segue uma linha terapêutica, a profissional utiliza-se desse espaço para suscitar nos usuários questionamentos acerca, por exemplo, da indústria do cigarro. Sobre essa sua intervenção, a entrevistada ainda faz a seguinte afirmação:

A gente já conseguiu, por exemplo, utilizar um grupo de tabagismo pra levantar questões maiores, como... é... o poder das empresas que fabricam o cigarro, de como é uma questão maior, que vem do macro, né?! Que não é uma questão tão individual como é colocado pela abordagem terapêutica, né?! “Você fuma, o problema é seu. Você começou porque você quis.” Não. Tem toda uma propaganda por trás, né?! Então a gente já conseguiu fazer grupos introduzindo isso. É claro que é muito mais demorado, é muito mais elaborado e... mais cansativo também, pro usuário. Mas muitas vezes ele se vê... já aconteceu: “Poxa vida! Eu nunca tinha parado pra pensar nisso.” (Entrevistada nº 05).

Essa consciência crítica que a profissional induz nos usuários deste grupo tem condições de proporcionar atitudes maiores do que a reflexão. Isso fica muito claro quando ela comenta

[...] a gente tem algumas pessoas que param de fumar e acompanham, recebem e-mail e vão quando precisa... é... na câmara, fazer movimentação, fazer passeata, onde for... entendeu?! Reconhecendo que a indústria do tabaco que muitas vezes levou o cara a fumar (Entrevistada nº 05)

Outra constatação desta entrevistada está relacionada aos estagiários. A profissional afirma que os estagiários em campo profissional colaboram para que a visão do assistente social seja renovada, ao trazer a teoria e demais questões que são discutidas na Academia, o que se reverte em suporte teórico para a intervenção do supervisor de campo.

Ainda acerca da metodologia e da compreensão sobre a Abordagem com Grupo, a Entrevistada de nº 08 fez o seguinte comentário em relação às suas intervenções profissionais

[...] nós temos as práticas integrativas de saúde: que é o Lian Kun, né?! São todas voltadas pra medicina chinesa... A... automassagem e o Tai Chi Chuan (...nós somos... recebemos uma orientação da Secretaria de Saúde, participamos de cursos específicos e levamos isso para o idoso. E aproveitando o... essa oportunidade, esse espaço, cada segunda ou quarta-feira, leva... é... fazemos também um momento de vivência, né?! E que é muito importante. Nós temos relatos belíssimos aí de idosos que falam que saem da depressão. Através dessas práticas. E... e... aproveitamos também o espaço para fazer orientações, pra tirar dúvida, além de se... estarmos habilitados a fazer a prática. E damos a prática tranquilamente. (Entrevistada nº 08)

Apesar de aproveitar o espaço das práticas integrativas de saúde para dar orientações sociais aos usuários, a atuação com a prática dessas atividades (Lian Kun, Tai Chi Chuan e automassagem) não é competência do assistente social. Além disso, ao mencionar que alguns usuários idosos saem da depressão com essas práticas, a assistente social associa a sua atuação com esse objetivo, não compreendendo que a depressão não é demanda exclusiva do Serviço Social e que a mesma deve ser tratada também por profissionais que a compreendam como doença e que tenham conhecimento específico, seja da Psicologia ou da Medicina, para responder à essa demanda.

Analisando o trecho supracitado, vale ressaltar o posicionamento objetivo de outros profissionais acerca de uma possível confusão entre as atribuições do assistente social e as dos psicólogos. Contudo apenas duas profissionais reconhecem que existe uma confusão entre essas atribuições: Uma atribui essa confusão à dificuldade de atuar dentro de um grupo, ao afirmar: “Eu achava assim, complicado relacionar o Serviço Social na parte de grupos. Nessa parte do grupo de mãezinhas... Porque sempre tinha um viés da psicologia.” (Entrevistada nº 02). E a outra afirma que essa dificuldade na compreensão vem dos próprios usuários, que não compreendem muito bem o papel do assistente social e menciona:

Muita gente fala... Eu entendi! (a pergunta)... “Você devia ser psicóloga!”. Ouço isso demais. (...) É... Eu vejo essa confusão assim... Porque quando você entra na vida pessoal do sujeito e... Se ele chorar, pronto, é porque você já é..., entendeu?! (Entrevistada nº 05)

Entretanto além da Entrevistada de nº 05, que mostrou uma consciência diferenciada sobre sua competência durante uma intervenção em grupo, uma assistente social do CRAS, a Entrevistada de nº 04, também demonstrou uma perspectiva crítica e reflexiva em relação às suas atribuições profissionais. Ela reflete e pondera as diferenças que acredita que exista entre

o Serviço Social e a Psicologia, e tem o Marxismo como matriz teórica para sua intervenção profissional. Ela deixa isso muito claro com a seguinte afirmativa:

[...] a minha matriz teórica é o marxismo, né?! Eu não posso tá fazendo, por exemplo... é... um jogo de... um ecletismo teórico... ou aceitar, entendeu?! Se você for questionar a questão da metodologia imposta... é... é... você... você vai ver que isso existe. Algumas... Alguns guias de orientação sugerem, sugerem, uma metodologia mais adequada de abordagem dentro do grupo, né?! De... de... de... pedagogia, não sei de que, nã nã nã. Isso eu não estudei no Serviço Social, não. (Entrevistada nº 04).

Em relação ao conhecimento sobre a Resolução de nº 569/2010, referente ao veto às práticas terapêuticas, sete das oito entrevistadas afirmam conhecer a normativa e o que é discutido por ela. Entretanto, ao analisar mais profundamente as suas falas, é possível encontrar uma confusão em relação ao conteúdo da resolução em quatro das sete respostas.

Três delas afirmam que a normativa do CFESS orienta a não realização de práticas terapêuticas, contudo elas não reconhecem o veto. E apesar de não perceberem a existência do veto, a intervenção profissional dessas três assistente sociais não caminha para uma lógica terapêutica.

A quarta resposta demonstra acreditar que a normativa é referente à Abordagem com Grupo, associando o veto não a um viés terapêutico e sim a as intervenções profissionais em que vários usuários são atendidos coletivamente, o que fica evidente em sua fala:

Conheço e assim... Eu imagino que quem fez essa norma, na verdade, você me desculpa assim, com toda franqueza, nunca trabalhou numa atenção básica. Porque se você chega numa atenção básica não tem como você não trabalhar com grupo. (Entrevistada nº 08)

Essas compreensões mostram que existe um equívoco em relação à Resolução 569/2010 do CFESS.

Por fim, pode-se fazer um balanço deste capítulo no sentido de que os dados apontam que:

- 1) a maior parte das entrevistadas entende que a Abordagem com Grupo não pode implicar em intervenções que tendam para práticas terapêuticas e/ou Serviço Social Clínico;
- 2) no geral, as assistentes sociais entrevistadas estão aplicando a Abordagem com Grupo dentro do que se preconizam as normativas do CFESS;
- 3) A maior parte das entrevistadas declarou a existência de algum grau de limitação ao emprego da técnica (Abordagem com Grupo), principalmente

em função da confusão existente entre profissionais de outras áreas e/ou em função de algumas demandas de usuários, que associam a Abordagem com Grupo praticada por elas com práticas que o CFESS denominaria mais propriamente (e vetaria) como sendo próprias do Serviço Social Clínico.

- 4) A concepção de Abordagem com Grupo voltada para a socialização de informação, principalmente por meio de palestras informativas e educativas, foi a concepção mais desenvolvida pelas profissionais que participaram da pesquisa. Isto é, a percepção de Grupo Socioeducativo, dentro da lógica das intervenções realizadas dentro dos CRAS pesquisados - e não seguindo a compreensão da Cartilha de Política de Saúde elaborada pelo CFESS - é a mais difundida e valorizada pelos sujeitos de pesquisa.

Pela análise das entrevistas, pode-se concluir também que as concepções em relação à metodologia e a compreensão sobre a Abordagem com Grupo, bem como a forma com que as profissionais entrevistadas atuam em seu cotidiano profissional, atendem majoritariamente as atribuições específicas do Serviço Social.

Contudo, mais da metade das assistentes sociais que participaram da pesquisa, e que afirmaram conhecer a Resolução 569/2010, na verdade não a compreendem muito bem, o que, como já foi ponderado, pode resultar em uma limitação na qualidade da intervenção dessas profissionais, na medida em que não conhecem uma norma essencial direcionada a sua prática profissional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, como bem pondera o primeiro capítulo desta monografia, o Serviço Social possuía estreitos vínculos com a Igreja Católica no Brasil e buscava atender às demandas provenientes das expressões da Questão Social de modo caritativo, catequético e carente de métodos pré-definidos e com ausência de sistematização.

O conceito de instrumentalidade foi discutido no primeiro capítulo deste trabalho, demonstrando que essa categoria se converte em propriedade da profissão, sendo assim é um conceito que perpassa tudo que a compõe, desde suas normativas, seus instrumentos, seu ideal político, sua cultura profissional, além de ser essencial na mediação entre a prática e a teoria.

Além disso, foram pontuadas em nosso trabalho discussões acerca da prática profissional, problematizando a relação existente entre a teoria e a prática, com base em Santos (2006) e na correlação que essa autora faz dessa discussão com os instrumentos técnicos operativos profissionais.

O trabalho também buscou - já tentando aprofundar a pesquisa sobre a Abordagem com Grupo – esclarecer como eram aplicadas as técnicas profissionais do Serviço Social entre os que trabalhavam com grupos na década de 60 e 70 do século XX. Nossas reflexões nesse ponto foram baseadas no estudo de Cavalcante (1979), que demonstra que os trabalhos com grupos realizados naquela época profissional estavam relacionados aos preceitos da Psicologia e seguiam uma perspectiva funcionalista.

Uma pesquisa bibliográfica sobre a temática, abarcando a produção científica atual sobre o tema também, foi realizada com o intuito de conhecer em que grau as técnicas com grupos são objetos de pesquisa no Serviço Social. Contudo, o resultado da mesma demonstrou que existe pouca produção científica sobre o tema.

Além disso, foi realizada uma pesquisa documental com o intuito de conhecer e apontar quais documentos oficiais do Conselho Federal de Serviço Social trazem em seus textos menções que podem ser correlacionados com a Abordagem com Grupo; e quais dispositivos trazem considerações sobre as práticas terapêuticas. Foi constatado que o CFESS legitima a utilização de vários tipos de intervenções com grupos, a maioria voltadas para orientações gerais e/ou acerca de informações sobre direitos sociais e/ou acesso às políticas públicas; e, isso tudo independente do método de aplicação: informativo, lúdico, palestra etc., sendo que várias destas intervenções que são autorizadas pelo CFESS, poderiam ser inseridas

dentro do que o escopo deste trabalho caracterizou como Abordagem com Grupo. Por outro lado, apesar de o referido órgão vedar a realização de práticas terapêuticas por profissionais do Serviço Social, esta vedação está associada a ações e/ou atividades ligadas ao emprego de técnicas específicas da área da psicologia, o que não é o caso da Abordagem com Grupo que defendemos aqui. Embora, por outro lado, essa associação do trabalho com grupos e as técnicas da psicologia, tenha de fato, sido constatada durante as entrevistas realizadas.

Ademais foi realizada pesquisa de campo, seguindo o método de pesquisa qualitativa, e após a realização da coleta de dados, e tendo em vista os resultados encontrados é importante refletir em que medida eles respondem às questões desse trabalho (De que forma são compreendidas atualmente a Abordagem com Grupo dentro do Serviço Social pela categoria profissional e como isso se reflete na utilização ou não dessa técnica?). Com o objetivo de conhecer: qual a compreensão dos assistentes sociais acerca do que definimos como Abordagem com Grupo; qual a metodologia utilizada por eles em sua intervenção profissional com grupo; e qual o conhecimento dos sujeitos de pesquisa acerca da Resolução nº 569/2010, que veta a realização de práticas terapêuticas por assistentes sociais.

A compreensão da Abordagem com Grupo no Serviço Social pelas entrevistadas abarca, em geral, os preceitos de atendimentos coletivos encontrados nos documentos legais da profissão. Ou seja, as assistentes sociais entrevistadas, demonstraram majoritariamente uma intervenção condizente com as atribuições profissionais do Serviço Social preconizadas pelo CFESS, mesmo que, em certa medida, elas não desaprovem a utilização, enquanto recursos que consideram de descontração e/ou lúdicos, em algum grau, de atividades que caminham numa perspectiva psicoterápica.

Os dados coletados nas entrevistas permite concluir que essas compreensões acerca das práticas terapêuticas dentro da intervenção profissional provêm da falta de conhecimento sobre as normativas elaboradas pelo Conselho Federal da profissão que proíbem integralmente toda e qualquer atuação vinculada à prática do Serviço Social que se confunda com as atribuições de profissionais de outras áreas de conhecimento, como a Psicologia.

De fato, ficou claro para nós que as profissionais entrevistadas, majoritariamente, acreditam que se o profissional tiver conhecimento acadêmico e/ou técnico acerca de psicoterapias, ele pode exercer essa função em seu espaço profissional. Contudo poucas demonstraram, em suas falas, que suas intervenções profissionais caminham para uma

perspectiva que fuja da esfera do Serviço Social, até mesmo por não terem tal capacitação que elas próprias acreditam ser necessárias.

Por último, quanto a nossa suposição inicial de que as críticas formuladas a um tipo de agir identificado como tradicional (e vinculado ao âmbito psicológico na profissão) contribuam em certa medida para uma resistência à utilização da Abordagem com Grupo na intervenção profissional na contemporaneidade; podemos inferir que a mesma não foi constatada, na medida em que as profissionais entrevistadas demonstraram pouca resistência à utilização da Abordagem com Grupo, e não fizeram associação dessa técnica com as práticas terapêuticas provenientes dos primórdios da profissão e vetadas pela Resolução do CFESS de nº 569/2010.

Porém, mesmo que não se verifique resistência à utilização da Abordagem com Grupo no exercício profissional, é importante, que se incentive a pesquisa na profissão no que diz respeito aos instrumentos e técnicas, principalmente no que se refere à Abordagem com Grupo, pois sua metodologia ainda não foi sistematizada, dando margem para confusão na categoria sobre como se deve utilizá-la. Além disso, vale ressaltar que, levando em consideração a confusão referente à Resolução 569/2010 do CFESS observada entre as entrevistadas, é importante se pensar em formas de se ampliar a divulgação de documentos que dizem respeito à atuação profissional e ressaltar a sua importância para uma atuação comprometida, qualificada e ética.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACKERMAN, Nathan, Diagnóstico y tratamiento de las relaciones familiares. Buenos Aires, Paidós 1960. In: KISNERMAN Natalio. Serviço Social de Grupo. Tradução por Ephraim Ferreira Alves. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

ANDRADE, Priscilla Maia de. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. 1. ed. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.

ANDRADE, Priscilla. Maia de. Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. 1. ed. Brasília-DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.

BERNSTAIN, Saul. Sondagem em Serviço Social de Grupo. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977. In: CAVALCANTE, Gelba. Modelos Teóricos do Serviço Social com Grupos. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

BRANDÃO, Thiago Bazi. Burocracia e Serviço Social: Uma ameaça ao projeto ético-político da profissão? Distrito Federal: UnB, 2007. 263 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2007.

CASTRO, Manrique. História do Serviço Social na América Latina. São Paulo: Cortez, 2003.

CAVALCANTE, Gelba. Modelos Teóricos do Serviço Social com Grupos. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FALEIROS, Vicente de Paula. Reconceptualización del Trabajo Social em Brasil: ¿una cuerstión em movimiento? In: Trabajo Social latinoamericano. Espanha, Espacio Editorial, 2005.

FALEIROS, Vicente de Paula. Faleiros e o Serviço Social Clínico. Publicado por diariodecampo.16 de agosto de 2009. Disponível em: <<http://diariodecampo.wordpress.com/2009/08/16/faleiros-e-o-servico-social-clinico/>>. Acesso em: 21 de jan. De 2013.

GUERRA, Yolanda. A Instrumentalidade do Serviço Social. 4 ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n.91, 2007. Disponível em: <<http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf>>. Acesso em: 07 Jan. 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-política e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. Trajetórias e desafios. 2004. Trabalho apresentado ao 18. Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, San José, Costa Rica, 2004.

KISNERMAN Natalio. Serviço Social de Grupo. Tradução por Ephraim Ferreira Alves. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

KONOPKA, Gisela. Serviço Social de Grupo – um processo de ajuda, Rio de Janeiro, Zahar, 1972. In: CAVALCANTE, Gelba. Modelos Teóricos do Serviço Social com Grupos. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

LESSA, Sergio. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 2. Brasília, CEAD-UNB, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.). Pesquisa social: Teoria, método e criatividade. Petrópolis, Editora Vozes, 2010.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 1. Brasília, CEAD-UNB, 1999.

NETTO, José Paulo. A Reconceituação: ainda viva, 40 anos depois. In: Trabajo Social latinoamericano. Espanha, Espacio Editorial, 2005.

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo:Cortez Editora, 2005.

OLIVEIRA, Renée Dupont, Servicio Social de Grupo – El método decisivo em La realidade latina americana. In: Cuadernos de Trabajo Social, nº5, Buenos Aires, Ecro, 1969. In: CAVALCANTE, Gelba. Modelos Teóricos do Serviço Social com Grupos.São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

QUINTANEIRO, Tania *at all*. Um toque de Clássicos: Marx, Durkheim e Weber. 2. Ed. Rev. Amp. Belo Horizonte: Editora, UFMG, 2002.

REIS, Vânia Teresa Moura. Ensino do Instrumental Técnico de Intervenção em Serviço Social: explorando possibilidades. Dissertação de Mestrado. PUC/SP, 1998. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos. Os Instrumentos e Técnicas: Mitos e Dilemas na formação profissional do Assistente Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. 248 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. Os Instrumentos e Técnicas: Mitos e Dilemas na formação profissional do Assistente Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. 248 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

VIEIRA, Karen Santana de Almeida. Abordagem com Grupo e Serviço Social: do Tradicional aos Dias atuais. Curso Introdutório para a Disciplina de Processos de Trabalho II. Em

dezembro de 2012. 30f. Notas de aula. Mimeografado Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2012.

WILSON, G & RYLAND, G. Prática do Serviço Social de Grupo, uso criador do Serviço Social, Rio de Janeiro, SESC, 1961. In: CAVALCANTE, Gelba. Modelos Teóricos do Serviço Social com Grupos. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

## REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

BRASIL, Lei nº 8.662, de 07 de Junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://cfess.org.br/arquivos/legislacao\\_lei\\_8662.pdf](http://cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf)> Acesso em: 11 fev. de 2013.

BRASIL, Lei nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993. Dispões sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm)>. Acesso em: 12 fev. de 2013.

BRASIL, Lei nº 12.435, de 06 de Julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

CFESS, Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, 2011. Disponível em <[http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha\\_CFESS\\_Final\\_Grafica.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf)> Acesso em: 09 jan. de 2013.

CFESS, Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde, 2010. Disponível em <[http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros\\_para\\_a\\_Atuacao\\_de\\_Assistentes\\_Sociais\\_na\\_Saude.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf)> Acesso em: 09 jan. de 2013,

CFESS, Parecer Jurídico Nº 16/08, de 26 de Junho de 2008. Práticas Terapêuticas utilizadas no âmbito da atividade do Serviço Social/Serviço Social Clínico/Componentes Jurídicos. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/parecerjuridico1608.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2013.

CFESS, Resolução nº 418/2001. Tabela Referencial de Honorários do Serviço Social. Disponível em <[http://cfess.org.br/arquivos/resolucao\\_418\\_01.pdf](http://cfess.org.br/arquivos/resolucao_418_01.pdf)>. Acesso em: 12 fev. de 2013

CFESS, Resolução nº 569/2010, de 25 de Março de 2010. Dispõe sobre a VEDAÇÃO da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social. Disponível em: < [http://cfess.org.br/arquivos/RES.CFESS\\_569-2010.pdf](http://cfess.org.br/arquivos/RES.CFESS_569-2010.pdf)> . Acesso em: 11 fev. de 2013.

CFESS, Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação, 2013. Disponível em <[http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf)>. Acesso em: 13 fev. de 2013.

## APÊNDICES

### I – Quadro com os trabalhos acadêmicos encontrados no *site* da CAPES (Palavras-chaves – Serviço Social e Grupo)

Nº	Título do artigo e Observações	Autores/Ano de Publicação	Revista	Palavras Chave
01	O tema movimentos sociais nos espaços de divulgação e socialização do conhecimento no Serviço Social na primeira década do milênio.	RIBEIRO, Edaléa Maria SCHUELTER, Bárbara	Textos e Contextos (RS) 2011	Produção de Conhecimento Movimentos Sociais Serviço Social
02	Dermatite Atópica: experiência com grupos de crianças e familiares do Ambulatório de Dermatologia Sanitária	CASTOLDI, Luciana LABREA, Maria da Graça Alves OLIVEIRA, Giansqui Tremea PAIM, Betina Soldateli RODRIGUES, Claire Rosana Barboza	Psico (RS) 2010	Dermatite Atópica Pele Criança Relações Familiares
03	Atuação interdisciplinar em grupo de puérperas: percepção das mulheres e seus familiares	TREVISAN, Marcielli Lilian LEWGOY, Alzira Maria Baptista	Textos e Contextos (RS) 2009	Saúde da Mulher Puerpério Grupo Interdisciplinaridade
04	A interdisciplinaridade como instrumento de inclusão social: desvelando realidades violentas	BARROS, Mari Nilza Ferrari de SUGUIHIRO, Vera Lúcia Tieko	Textos e Contextos (RS) 2003	Violência Interdisciplinaridade Inclusão Social Criança e Adolescente Direitos Humanos
<u>05</u>	Stress e Burnout: Um estudo de caso de assistentes sociais que trabalham com idosos em IPSS's	CARRERA, Joana Filipa Garcia Figueiredo NÚNCIO, Maria José Silveira	RCAAP (Portugal) 2011	Stress / Burnout Serviço Social Assistentes Sociais Idosos IPSS's

06	Mecanismos pessoais e coletivos de proteção e promoção da qualidade de vida para a infância e adolescência	COSTA, Maria Conceição O. BRIGAS, Marc	Ciência e Saúde Coletiva (RJ) 2007	Saúde Qualidade de vida Infância Adolescência
07	Reciclando a cidadania em rede interdisciplinar	FORESTI, Andréa Jaeger SULZBACH, Andreza FORTES, Heloisa Schneider ALVES, Marilize Pacheco OLIVEIRA, Simone Barros de SILVA, Tiane Alves da	Textos e Contextos (RS) 2006	Cidadania Desenvolvimento Sustentável Interdisciplinaridade Questão Social Preservação Ambiental
08	Mães de Sonhos: uma proposta de reflexão e intervenção nas relações familiares	BARBOZA, Ana Lúcia Alves CHIC, Elen Rodrigues Gonçalves Alegre MARTINES, Eliana Luzia Covre Dias NASCIMENTO, Telma Gomes do	Saúde e Sociedade (SP) 2009	Autoestima Autoconhecimento Família Mulher Relação interpessoal
09	Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança?	AZAMBUJA, Maria Regina Fay de	Textos e Contextos (RS) 2006	Violência sexual intrafamiliar Criança Sistema de Justiça Infanto-Juvenil
10	Representações de adoecimento e cura de pacientes do Centro de Dependência Química do Hospital Central da Marinha	HALPERN, Elizabeth Espindola LEITE, Ligia Maria Costa	Ciência e Saúde Coletiva (RJ) 2012	Alcoolismo Militares Saúde do trabalhador Condições de trabalho
11	Aleitamento materno em prematuros: atuação fonoaudiológica baseada nos pressupostos da educação para promoção da saúde	SANTANA, Maria da Conceição Carneiro Pessoa de GOULART, Bárbara Niegia Garcia CHIARI, Brasília Maria MELO, Adriana de Medeiros	Ciência e Saúde Coletiva (RJ) 2010	Aleitamento materno Prematuro Educação em Saúde Promoção da Saúde Prevenção de doenças

		SILVA, Érika Henriques de Araújo Alves da		
12	Reforma psiquiátrica, federalismo e descentralização da saúde pública no Brasil	COSTA, Nilson do Rosário SIQUEIRA, Sandra Venâncio UHR, Deborah SILVA, Paulo Fagundes da MOLINARO, Alex Alexandre	Ciência e Saúde Coletiva (RJ) 2011	Reforma Psiquiátrica Federalismo Municípios CAPS Brasil
13	Atendimento de reabilitação à pessoa idosa vítima de acidentes e violência em distintas regiões do Brasil	RIBEIRO, Adalgisa Peixoto BARTER, Elaine Aparecida Chaves de Paiva	Ciência e Saúde Coletiva (RJ) 2010	Saúde do Idoso Políticas públicas Violência contra o idoso
14	Atendimento pré-hospitalar ao idoso vítima de violência em cinco capitais brasileiras.	DESLANDES, Suely Ferreira SOUZA, Edinilsa Ramos de	Ciência e Saúde Coletiva (RJ) 2010	Pré-hospitalar Idosos Violência Acidentes de Trânsito Prevenção
15	Desafios para a ação interdisciplinar na atenção básica: implicações relativas à composição das equipes de saúde da família	NECKEL, Gecioni Loch SEEMANN, Giane EIDT, Helena Berton RABUSKE, Michelli Moroni CREPALDI, Maria Aparecida	Ciência e Saúde Coletiva (RJ) 2009	Equipe de Saúde da Família Integralidade Interdisciplinaridade Atenção básica

## II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Vimos através deste convidá-lo a participar da pesquisa intitulada **“O Serviço Social e os seus instrumentos e técnicas: Uma análise da percepção da Abordagem com Grupo no meio profissional do assistente social”**, que tem por objetivo analisar quais os limites e/ou quais as possibilidades da abordagem com grupo na intervenção do Serviço Social, a partir da análise do discurso de professores, e assistentes sociais da assistência e da saúde que discutem e/ou trabalham com a referida técnica.

Nesse sentido, ressalta-se que a participação no presente estudo não é obrigatória e que a qualquer momento, caso sinta necessidade, poderá interromper o andamento da entrevista. O gravador será utilizado ao início das perguntas e a preservação da identidade será rigorosamente mantida, na qual, a discussão da coleta de dados servirá puramente para fins acadêmicos.

Os resultados da pesquisa serão apresentados na monografia e submetidos aos participantes por meio do envio ao email. Qualquer dúvida antes, durante ou após a entrevista será esclarecida pelo responsável.

Assim, se o (a) senhor (a) aceitar o convite para ser partícipe da pesquisa, por favor, preencha os espaços abaixo:

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_ fui devidamente esclarecido do projeto de pesquisa e estou de acordo em participar do estudo.

Email:

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

### **III – Roteiro de Entrevista**

#### **Bloco I – Perfil do Assistente Social**

01. Sexo

( )Feminino                      ( )Masculino

02. Idade

03. Em que instituição de ensino e em que ano concluiu a graduação?

04. Fez pós-graduação?

05. Em que ano concluiu a pós-graduação?

#### **Bloco II – Abordagem com Grupos**

06. O que você entende por Abordagem com Grupos dentro do Serviço Social?

07. Aplica a técnica de Abordagem com Grupos? Justifique.

7.1. Se aplica, com base em qual método?

7.2. Se aplica, descreva uma sessão típica.

8. Conhece a norma do CFESS e a discussão sobre Práticas Terapêuticas? Qual seu posicionamento em relação a ela.